

1. CIÊNCIA

Entende-se por Ciência uma sistematização de conhecimentos, um conjunto de proposições logicamente correlacionadas sobre o comportamento de certos fenômenos que se deseja estudar. Segundo Trujillo Ferrari apud LAKATOS; MARCONI (1985, p.79) “A ciência é todo um conjunto de atitudes e atividades racionais, dirigidas ao sistemático conhecimento com objeto limitado, capaz de ser submetido à verificação”.

As ciências possuem:

- a) Objetivo ou finalidade. Preocupação em distinguir a característica comum ou as leis que regem determinados eventos.
- b) Função. Aperfeiçoamento, através do crescente acervo de conhecimentos, da relação do homem com o seu mundo.
- c) Objeto. Subdividido em:
 - a) Material, aquilo que se pretende estudar, analisar, interpretar ou verificar, de modo geral.
 - b) Formal, o enfoque especial, em face das diversas ciências que possuem o mesmo objeto material.

1.1 Ciências Naturais e Ciências Humanas

Segundo HENRIQUES; MEDEIROS, 1999

A primeira questão que se coloca no estudo da metodologia é se ela vale tanto para as ciências naturais e exatas, como para as ciências humanas. As posições vão daqueles que consideram que o método científico vale para qualquer objeto aos que defendem posições extremamente opostas. A posição intermediária ensina que há conclusões sobre os objetos naturais que valem igualmente para os objetos humanos. E chega-se ao fulcro da questão.

DEMO, 1985 apud HENRIQUES; MEDEIROS, 1999 afirma que

Regras lógicas do conhecimento, por exemplo, são as mesmas, como é a mesma a matemática para ‘gregos e troianos’. No entanto, justifica-se uma metodologia relativamente específica para as ciências humanas, porque o fenômeno humano possui componentes irreduzíveis às características da realidade exata e natural.

“A definição mais comum de metodologia inclui prática de estudo da realidade que consiste em dirigir o espírito na investigação da verdade. É um instrumento, uma forma de fazer ciência: ‘cuida dos procedimentos, das ferramentas, dos caminhos’ HENRIQUES; MEDEIROS, 1999.

1.2 Os Níveis de Conhecimento

Pode-se dividir de uma forma didática os níveis de conhecimento em quatro níveis: Conhecimento Popular, Conhecimento Filosófico, Conhecimento Religioso e Conhecimento Científico.

No exemplo: Saber que determinada planta necessita de uma quantidade “X” de água e que, se não a receber de forma “natural”, deve ser irrigada pode ser um conhecimento verdadeiro e comprovável, mas, nem por isso, científico. Para que isso ocorra, é necessário ir mais além: conhecer a natureza dos vegetais, sua composição, seu ciclo de desenvolvimento e as particularidades que distinguem uma espécie de outra. Dessa forma, apresentam-se dois aspectos:

- a) A ciência não é o único caminho de acesso ao conhecimento e à verdade.
- b) Um mesmo objeto ou fenômeno (uma planta, um computador, uma comunidade, etc.) pode ser matéria de observação tanto para o cientista quanto para o homem comum; o que leva um ao conhecimento científico e outro ao popular é a forma de observação.

1.2.1 Conhecimento Popular, Vulgar ou Empírico

Também denominado bom senso ou senso comum, é aquele que todo ser humano desenvolve, no contato direto e diário com a realidade. Estrutura-se como um conjunto de crenças e opiniões, utilizadas em geral para objetivos práticos. É basicamente desenvolvido por meio dos sentidos, e não tem intenção de ser profundo, sistemático e/ou infalível.

1.2.2 Conhecimento Filosófico

O sentido etimológico e o contexto histórico, que cercou a origem da palavra filosofia, caracterizam-na como esforço da razão pura para questionar problemas humanos e discernir entre o certo e o errado, sem fazer apelo a iluminações divinas, e recorrendo unicamente à própria razão humana.

1.2.3 Conhecimento Teológico ou Religioso

O que fundamenta o conhecimento religioso é a fé. Não é preciso ver para crer, e devemos crer mesmo que as evidências apontem para o contrário do que a religião nos ensina. As verdades religiosas são tidas como definitivas, e não permitem revisão mediante a reflexão ou a experiência.

1.2.4 Conhecimento Científico

O conhecimento científico, assim como o filosófico, é racional, mas tem a pretensão de ser sistemático e de revelar aspectos da realidade. As noções de experimentação e verificação são essenciais nas ciências; o conhecimento científico deve ser justificado e é sempre passível de revisão, desde que possa provar sua inexatidão.

O conhecimento científico é real (factual) porque trabalha com ocorrências ou fatos. Constitui um conhecimento contingente, pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida através da experiência e não apenas da razão, como ocorre no conhecimento filosófico. É sistemático, já que se trata de um saber ordenado logicamente, formando um sistema de idéias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos. Possui a característica da verificabilidade, a tal ponto que as afirmações (hipóteses) que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Constitui-se um conhecimento falível, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final e, por este motivo, é aproximadamente exato: novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo da teoria existente.

2. LEITURA E FIXAÇÃO DE TEXTOS

2.1 Leitor Crítico

Segundo HENRIQUES; MEDEIROS (1999)

“A formação do sentido de um texto não é produto exclusivo de seu autor. O leitor também produz sentidos”.

MARCONI (2000) afirma que:

A leitura constitui-se em um dos fatores decisivos da pesquisa científica. Por meio dela, pode-se conhecer, interpretar e decifrar um texto. Quando se trata de tema jurídico-conceitual, deve-se 'ter certeza de que o texto corresponde ao último autor' (NUNES, 1997 *apud* MARCONI, 2000). Por isso, torna-se importante procurar a publicação mais recente, pois o autor pode ter mudado de opinião. NUNES, 1997 *apud* MARCONI, 2000 ainda afirma que 'é possível encontrar livros publicados nos dias de hoje que ignoram totalmente modernos conceitos trazidos pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC)'. Para se obter um bom resultado da leitura, torna-se importante levar em consideração os seguintes pontos:

- a. *atenção*: concentração do pensamento em certo objeto, visando ao entendimento, assimilação e apreensão dos conteúdos essenciais, encontrados nos textos;
- b. *intenção*: propósito de obter algum proveito intelectual por meio da leitura;
- c. *reflexão*: observação e ponderação sobre o que se leu, analisando todos os seus aspectos, almejando descobrir a assimilação de idéias, esclarecimento e aperfeiçoamento das próprias, ajudando no aprofundamento do conhecimento;
- d. *espírito científico*: abrange julgamento, comparação, aprovação, aceitação ou refutamento dos pontos de vista colocados pelo autor. Favorece a percepção entre o verdadeiro e o falso. Ler com espírito científico quer dizer com reflexão, analisando e ponderando, discutindo e examinando as proposições apresentadas e emitindo juízo de valor.
- e. *análise*: divisão do tema em diversas partes, estabelecendo as relações entre elas, para entender sua organização;
- f. *síntese*: reconstituição das partes, resumindo os aspectos fundamentais, porém em seqüência lógica;
- g. *velocidade*: consiste na leitura rápida mas eficiente. O pesquisador que precisa ler muitas obras científicas deve fazer as leituras com velocidade, mas sem prejudicar o conhecimento, entendendo o que leu.

2.2 Níveis de Leitura

Segundo HENRIQUES; MEDEIROS (1999)

Os tipos de leitura contribuem para a realização da monografia de final de curso:

Leitura elementar: leitura básica ou inicial. Ao leitor cabe reconhecer cada palavra de uma página. Leitor que dispõe de treinamento básico.

Leitura inspecional: caracteriza-se pelo tempo estabelecido para a leitura. Arte de folhear sistematicamente.

Leitura analítica: é minuciosa, completa, a melhor de que o leitor é capaz de fazer. É ativa em grau elevado. Tem em vista principalmente o entendimento.

Leitura sinóptica: leitura comparativa de quem lê muitos livros, correlacionando-os entre si. Nível ativo e laborioso da leitura.

Há um processo de interação entre o leitor e o texto que possibilita a identificação de múltiplos significados. Também importa lembrar que textos diferentes exigem diferentes estratégias de leitura. Assim, um texto jurídico pede leitura diversa daquela que se realiza de um texto não jurídico. Suponha-se um autor que cite um artigo de uma lei sem transcreve-lo. É preciso localiza-lo e conferir as afirmações feitas.

MOLINA (1992) *apud* HENRIQUES; MEDEIROS (1999) propõe que a leitura seja feita levando-se em consideração os seguintes passos:

Visão geral do capítulo. O leitor verificará a estrutura do capítulo, as seções e subseções. Observará ainda: grifos, itálico, tamanho e estilo dos caracteres, maiúsculas. Trata-se da leitura inspecional do capítulo. O leitor nessa etapa procura resposta para as seguintes questões:

Qual o assunto tratado no capítulo?

Qual a ordem de idéias expostas?

Questionamento despertado pelo texto. Nesse estágio, faz-se um levantamento de perguntas, sem procurar respondê-las. Por exemplo, deve-se começar transformando títulos e seções em questões: Caso fortuito e força maior = Que é caso fortuito e força maior? E conclui: A base do pensamento crítico é a capacidade de interrogar a si próprio ao mundo em geral.

Estudo do vocabulário. Para ampliar o vocabulário recomenda: a valorização do dicionário, o emprego de palavras novas e a análise de palavras. Inicialmente, fará o esforço para compreender a palavra desconhecida dentro do contexto. Às vezes, o próprio contexto oferece o significado, por meio de uma definição. Exemplos:

...a ecehnocer oãqartsinimdA a laup olep odalucniv e laretalinu ota o é oãssimdA' particular que preencha os requisitos legais do direito à prestação de um serviço público' (DI PIETRO, 1998 *apud* HENRIQUES; MEDEIROS, 1999). Nesse caso, a palavra admissão já vem explicitada no próprio texto. Pode também o texto não definir o vocabulário imediatamente, mas o leitor chega a ele por meio da explanação que ajuda a elucidar o texto. Outras vezes, pode-se valer de pistas do texto, que aparecem em expressões como: isto é, ou seja, ou, aposto, ou expressões que aparecem entre parênteses. Se o contexto e a análise das palavras não explicitam o significado, corre-se ao dicionário lembrando-se de que é preciso ler o verbete até o final dele e escolher uma palavra que se encaixe no contexto em que a palavra aparece. Não deve limitar-se à procura de uma palavra tão somente; verificará as palavras que são da mesma família etimológica. Outro procedimento adequado para a ampliação do vocabulário é pesquisar a etimologia da palavra. Apreendida a nova palavra, é preciso empregá-la em novos contextos, em frases construídas pelo leitor.

Linguagem não verbal. Um texto, porém, oferece outras informações apresentadas por meio de ilustrações (fotos, mapas, quadros, gráficos, tabelas; um livro oferece à leitura a própria capa; um filme, uma peça de teatro, um cartaz, e assim por diante). A valorização da minúcia contribui para essa leitura. Com um pouco mais de cuidado, verifica-se a valorização da notícia pelo jornal; que informação ocupa lugar de destaque? Qual o tamanho das letras? Qual o espaço do texto? A foto ocupa-se do grotesco? Há choque entre a informação escrita e a fotografia?

Essência do texto. Neste passo. O leitor identifica as idéias principais do texto e situa-se o autor em um contexto ideológico. A comparação de textos de autores diferentes permitirá a elaboração de juízos avaliativos e críticos.

Síntese do texto. Significa um resumo de suas idéias principais. Ao resumir um texto, responde-se a algumas questões, como: De que trata o texto? Qual seu objetivo? De que perspectiva foi tratado o assunto? A que conclusões o autor chegou? A síntese, se feita oralmente ou por escrito, alcança melhores resultados. A exposição oral deve ser a oportunidade para que [o leitor] coloque em ordem suas idéias e teste sua ordenação ao passá-la para seus colegas. Dois são os objetivos nessa fase: testar a retenção do texto estudado e treinar a linguagem oral.

Avaliação. A etapa de avaliação engloba tanto a resposta às questões feitas pelo leitor no início do estudo do texto, quanto as oferecidas pelo próprio texto. Questiona-se: Que perguntas permanecem sem resposta? Como o autor transmitiu suas idéias? A linguagem é direta (denotativa) ou indireta (metafórica, conotativa)?

2.3 Classificação da Leitura

Segundo GIL (1994)

A leitura que se faz na pesquisa bibliográfica deve servir aos seguintes objetivos:

- a) identificar as informações e os dados constantes do material impresso;
- b) estabelecer relações entre as informações e os dados obtidos com o problema proposto;
- c) analisar a consistência das informações e dados apresentados pelos autores.

Segundo HENRIQUES; MEDEIROS (1999) entre os tipos de leitura para a pesquisa bibliográfica, salientam-se: a exploratória, a seletiva, a analítica e a interpretativa.

Leitura Exploratória. É uma leitura inspecional, que objetiva verificar se a obra interessa à pesquisa a ser empreendida. É uma leitura de reconhecimento. Examinam-se: nome do autor; título da obra, subtítulo, ano de publicação (informações da olha de rosto), orelhas, ou quarta-capa, sumário, prefácio, introdução, conclusão, referências bibliográficas (*sic*), bibliografia.

Leitura Seletiva. É a seleção do material de leitura o que se faz com o objetivo da pesquisa em vista.

Leitura Analítica. Analisar significa decompor, examinar sistematicamente os elementos que compõem o texto. Essa dissecação tem como objetivo penetrar nas idéias do autor e compreender como o todo foi organizado. O procedimento da leitura analítica inicia-se pela escolha do texto; em seguida, faz-se uma leitura completa do texto, sem interrupção. Uma segunda leitura é feita com o dicionário à mão para esclarecer as palavras desconhecidas. Nova leitura é feita, com a preocupação de compreender o todo. A idéia principal do texto é detectada com nova leitura, que também deve preocupar-se em localizar outras idéias, comparando-as, buscando semelhanças e diferenças.

Leitura Interpretativa. Seu objetivo é relacionar o que o texto afirma com o problema que se tem em vista resolver. É uma leitura sinóptica, em que o leitor relaciona um texto com outros, o conhecimento obtido do texto com outros anteriores.

2.4 Relatório de Leitura

Segundo HENRIQUES; MEDEIROS (1999)

O trabalho de leitura não pode ser feito confiando apenas na memória. Por isso a necessidade da tomada de notas, ou realização de um relatório de leitura. A decisão sobre quanto anotar depende dos objetivos do pesquisador. E sempre se deve ter em vista que somente as idéias principais serão anotadas e com frases próprias. Um texto muito importante pode ser transcrito, levando-se em consideração a oportunidade e necessidade de uma citação direta. Um lembrete: um trabalho monográfico não é uma colcha de citações, mas um conjunto de reflexões, uma resposta a um problema, cuja redação deve ser do próprio pesquisador.

2.5 Fichamento

Esse procedimento objetiva: (a) identificar as obras consultadas; (b) registrar o conteúdo das obras; (c) registrar as reflexões proporcionadas pelo material de leitura; (d) organizar as informações colhidas. Em geral, os fichamentos podem ser: de resumos, de comentários, de transcrições diretas.

MEDEIROS (2000) afirma que

As fichas de leitura – são assim designadas as fichas que se registram informações bibliográficas completas, anotações sobre tópicos da obra, citações diretas, juízos valorativos a respeito da obra, resumo do texto, comentários. Enquanto a ficha bibliográfica contém apenas as informações bibliográficas, necessárias para localizar um livro, as fichas de leitura contêm todas as informações sobre um livro ou artigo.

CARNEIRO (2002) relata que

Os fichamentos de leitura são uma excelente técnica para reflexão e assimilação de idéias, estimulando várias funções intelectivas que certamente impulsionam a criatividade. Não existe metodologia obrigatória para a elaboração de fichários de leitura. Por essa razão, pode-se dispor de várias técnicas criadas por diferentes autores em Metodologia Científica. Usualmente os fichamentos de leitura costumavam ser manuscritos, em fichas cujo formato pode variar, de acordo com o gosto ou com a finalidade do trabalho. O que mudou, em tempos recentes, foi o conceito de arquivo. Se antes o registro das leituras deveria ser arquivado nos fichários, atualmente a organização desse tipo de acervo é feita, na maioria das vezes, no microcomputador. Por essa razão, os fichamentos de leitura, no nível universitário, podem ser elaborados de modo a atender a formatação padronizada dos trabalhos acadêmicos, impressa em papel tamanho A4. Nada impede, todavia, que sejam elaborados fichamentos manuscritos, caso o pesquisador não possa dispor, naquele momento, dos recursos de informática. A seguir sugerimos um roteiro para a elaboração dos fichários:

- a) Referenciação: deve indicar o assunto ao qual se refere o fichamento, para facilitar o arquivamento em ordem alfabética, por matérias. Abaixo pode conter um indicativo a respeito da avaliação do texto lido.
- b) Identificação: divide-se em duas partes, que são a identificação da obra (referência bibliográfica completa, fonte e local para consulta); e a identificação do autor do fichamento (nome, curso, instituição, data e outros dados da espécie).
- c) Análise textual: trata-se de um resumo do texto lido, no qual devem ser explicitadas as principais idéias do autor da obra, com toda a fidedignidade possível. Deve-se objetivar neste tópico a neutralidade axiológica. {Axiologia (Ética) - Teoria dos valores}. Portanto, não se fazem presentes, nesse momento, as opiniões próprias de cada pesquisador.
- d) Análise temática: neste tópico devem-se relacionar as idéias do texto lido com as de outros autores já conhecidos, sobre o mesmo assunto. Podem ser estabelecidas relações por semelhanças ou por diferenças, com a liberdade e coerência, sempre nos padrões de razoabilidade.
- e) Problematização: aqui se faz um questionamento, levantando-se as indagações que a leitura possa suscitar. É uma forma de indução para os novos problemas, hipóteses e teses, por isso este tópico assume especial relevância. Podemos considera-lo como um processo inverso da aprendizagem tradicional, que costuma ser a mera assimilação de conhecimentos. Na problematização, ao contrário, o aluno formula novas questões a partir do texto-livro. Essa formulação pode ser configurada em forma de perguntas ou questionário; ou pode se redigir na forma de texto esboçado, à livre escolha do aluno.
- f) Citações: faz-se a transcrição literal – portanto, deve ser entre aspas – dos excertos da obra que mais chamaram a atenção do aluno, podendo ser utilizadas como citações diretas ou paráfrases, quando da elaboração dos trabalhos acadêmicos. É importante ficar claro que não se devem extrair do texto lido apenas as citações que corroboram o ponto de vista do aluno; mas também as contrárias e todas que se apresentem como interessantes sob qualquer ponto de vista, pois essa pluralidade certamente facilitará a argumentação sobre o tema, no momento da elaboração do escrito científico.
- g) Esquematização do texto: nesse tópico costuma-se apresentar a estrutura do texto lido, de forma esquemática, através do simples enunciado das idéias principais e dos desdobramentos nela contidos. Em um certo sentido, deve corresponder ao plano da obra. Não há regras rígidas para a esquematização do texto, cabendo a criatividade e o bom senso do aluno definir como fazê-la. Geralmente, nos fichamentos de leitura, a esquematização do texto lido precede a análise textual. Porém, em face da apreciação e da cultura vernacular estimada pelos juristas costuma-se priorizar, nos trabalhos acadêmicos em Direito, os textos de dissertação esboçada.

3. TRABALHANDO COM O TEXTO

3.1 Anotações Corridas

Segundo MEDEIROS, 2000

O ato de sublinhar, destacando apenas as idéias principais, revela-se consistente e eficaz quando é realizado com parcimônia, distinguindo-se o essencial do acessório. Esse processo facilita as revisões de leitura ao término de um parágrafo, de um tópico, de todo o texto. Não há um código único para sublinhar; não há uma simbologia rigorosa, convencional. Cada pessoa tem sua própria metodologia. Pode-se, no entanto, recomendar:

- sublinhar palavras-chaves (*sic*) apenas depois de feitas várias leituras;
- sublinhar somente as idéias principais, as palavras-chaves (*sic*). Atenção com os instrumentos de coesão que criam idéia de oposição (*mas, embora* e outros): eles devem ser destacados;
- reconstruir o parágrafo a partir das palavras e expressões sublinhadas. Outra não seria a finalidade de sublinhar que possibilitar visualização imediata das idéias principais;
- colocar um traço vertical à margem do texto para indicar passagens mais significativas;
- havendo passagens obscuras, falhas na exposição dos argumentos, dúvidas, discordâncias, colocar à margem do texto um ponto de interrogação;
- para chamar a atenção para uma expressão tópica de todo o texto, usar dupla sublinha.

3.2 Anotações Esquemáticas

Segundo MEDEIROS, 2000, a anotação esquemática deve ser produzida somente após realizado o estudo do texto e feitas as notações corridas. Quando se queima a etapa anterior, corre-se o risco de perder alguma informação importante. Aqui, a pressa não conduz a resultado positivo.

Para fazer anotações esquemáticas, é preciso transformar num esquema vertical as idéias do autor que estão distribuídas horizontalmente no texto. É necessário atenção e rigor para hierarquizar corretamente as idéias. Pode-se também esquematizar as idéias do texto por meio de chaves ou diagramas.

3.3 Anotações Resumidas

Segundo MEDEIROS, 2000, o resumo é feito após as duas etapas anteriores: a anotação corrida e a realização de um esquema das idéias do texto. Inútil o procedimento de tomar nota de algumas palavras ou expressões como se isso fosse um resumo. O resumo não é uma colcha de retalhos (trechos ou expressões), mas um todo coeso e coerente. Também não se pode fazer um resumo correto após ler o texto apenas uma vez. É preciso reconhecer o assunto (a referência), a idéia que o autor defender e que está por todo o texto (tema), como o texto está estruturado.

Reproduzir, parafraseando ou resumindo, o texto que foi objeto da leitura é prática consistente para assimilação de conhecimentos.

As anotações, em geral, são feitas a partir de um esquema que se percebe no texto. Se as idéias principais não tiverem sido grifadas (sublinhadas) criteriosamente, a elaboração do resumo ficará prejudicada.

Na produção do esquema, o leitor deverá manter fidelidade ao texto, bem como ater-se ao tema. Assim sendo, depois de identificado o assunto (a referência), deverá o leitor preocupar-se com o tema, com o fio condutor da exposição das idéias, com as idéias que dão unidade ao texto.

Na elaboração de resumos, o redator preocupar-se-á em subordinar idéias e fatos. Não é suficiente, pois, reuni-los apenas.

O resumo consiste na condensação de um texto, reproduzindo-o a suas idéias principais, respeitando-se sua estrutura e inter-relação das idéias. Note-se que o resumo deve ser composto de um parágrafo em que seja patente a exposição de todo um pensamento, e não de fragmento dele. Portanto, não é recomendável a elaboração de um resumo apenas com os tópicos do texto original e a distribuição de vários parágrafos.

A elaboração de resumos proporciona melhores resultados para a leitura, bem como para a própria redação. Afinal, só consegue fazer um bom resumo quem realmente assimilou as idéias principais do texto.

Segundo a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (NBR 6028/1990, NBR 10719/1989 e NBR 12256/1992) o resumo é: “a apresentação concisa dos pontos relevantes de um texto”.

O resumo pode ser:

a) indicativo – indica apenas os pontos principais do texto, não apresentando dados qualitativos, quantitativos, etc. É adequado à literatura de prospectos (catálogos de editoras e livrarias, etc.);

b) informativo – informa suficientemente ao leitor, para que este possa decidir sobre a conveniência da leitura do texto inteiro. Expõe finalidades, metodologia, resultados e conclusões;

c) informativo/indicativo – é a combinação dos dois tipos citados;

d) crítico – redigido por especialistas com análise interpretativa de um documento. Também chamado recensão e resenha.

O resumo deve ser colocado:

- precedendo o texto na língua original;
- após o texto na língua de tradução;
- independentemente do texto, em revistas de análise, em seções especiais de periódicos, precedido da respectiva referência bibliográfica (NBR 6023/1989). Pode-se colocar o resumo antes das listas (NBR 10719/1989).

Recomenda-se que os resumos tenham as seguintes extensões:

- para notas e comunicações breves, os resumos devem ter até 100 palavras;
- para monografias e artigos, até 250 palavras;
- para relatórios e teses, até 500 palavras.

O resumo deve ser composto de uma seqüência corrente de frases concisas e não de uma enumeração de tópicos. A primeira frase deve ser significativa, explicando o tema principal do documento. A seguir, deve-se indicar a informação sobre a categoria do tratamento (isto é, memória científica, estudo de casos, análise da situação, etc.). Deve-se dar preferência ao uso da terceira pessoa do singular e do verbo na voz ativa. Deve-se evitar o uso de parágrafos; o uso de frases negativas, símbolos e contrações que não sejam de uso corrente; fórmulas, equações, diagramas, etc., que não sejam absolutamente necessárias; quando seu emprego for imprescindível, defini-las na primeira vez que aparecem.

3.4. Análise do Texto

MEDEIROS, 2000, p. 89 indica que

Outra técnica de leitura bastante difundida é a análise do texto. **Análise** é o fundamento para a elaboração de reflexões que mostrem a organização dos elementos identificados no texto e seu aproveitamento reflexivo ou argumentativo. A leitura é um processo de incorporação do texto à vida, de aceitação ou negação dele, estabelecendo um diálogo

pelo qual o leitor se constitui em sujeito da leitura, um ato criativo e não reproduzidor. Feita a leitura, o leitor volta-se para comparações que envolvem o texto e outras situações semelhante de outras épocas, para estabelecer relações de semelhança e diferença. Ao comparar, relacionam-se conteúdos e opina-se sobre os fatos arrolados.

Interpretação é processo, num primeiro momento, de dizer o que o autor disse, parafraseando o texto, resumindo-o; é reproduzir as idéias do texto. Num segundo momento, entende-se interpretação como comentário, discussão das idéias do texto.

Há vários tipos de análise: dos elementos, das relações, da estrutura do texto. A análise dos elementos compreende referências bibliográficas, estrutura do plano do livro ou texto, vocabulário, modelo teórico, doutrinas, idéias principais e secundárias, juízos de valor expostos, conclusões.

A análise das relações engloba a busca de relações entre as hipóteses e as provas e conclusões. Esta análise possibilita verificar a coerência dos elementos das várias partes do texto. Em geral, um texto oferece relações entre idéias principais e secundárias, fatos que confirmam as opiniões exaradas, as causas e as conseqüências.

A análise da estrutura compreende o estudo das partes, buscando-se as relações delas com o todo. Aqui se percebe a intenção do autor, suas posições diante dos fatos. A análise da estrutura preocupa-se com a posição do autor, conceitos adotados, seu modo de estabelecer relações, forma de trabalhar o material exposto.

Há ainda outros tipos de análise, como textual, temática, interpretativa, de problematização, de síntese. Enquanto a textual busca o levantamento de todos os elementos do texto, desde que sejam importantes, a análise temática busca a apreensão do conteúdo, ou seja, dos problemas alinhados, das idéias expostas, da qualidade da argumentação. A análise interpretativa, por sua vez, busca explicitar a posição do autor, detectar influências, e também faz uma exposição crítica e avalia o conteúdo da obra. Já a análise de problematização levanta os problemas do texto e discute-os, e a de síntese elabora um novo texto, após reunir os elementos do texto e refletir sobre eles.

Além da análise textual, temática e interpretativa, é possível estabelecer um roteiro de análise, que compreende: verificação das fontes e bibliografia, metodologia utilizada, dificuldades relatadas pelo autor, reflexão sobre o texto, abrangendo análise e interpretação da obra; finalmente, devem constar do roteiro de leitura as sugestões que o texto proporciona em matéria de temas para discussão.

3.5 O Trabalho Eficiente

LEITE, 2001 afirma que:

Ninguém realiza um trabalho científico verdadeiramente eficiente e útil se não levar em conta o cuidado constante com três regras básicas: ser preciso, ser exaustivo e ser claro.

1. Ser Preciso

É muito comum ver pesquisadores iniciantes, em plena fase de prospecção, lançarem-se à procura de vasta informação bibliográfica, sem o mínimo cuidado que deve acompanhar os primeiros passos de uma pesquisa. Referências bibliográficas, origem de documentos, determinação de datas, páginas e ortografia passam despercebidas ao exame do pesquisador só preocupado em acumular conteúdo que o informe e lhe indique direções disponíveis a serem exploradas posteriormente.

A precisão é a regra que acompanha o pesquisador desde o primeiro momento de decisão da pesquisa, e o acompanha até o final do trabalho. Nessa ótica, é o elemento decisivo no ganho do tempo.

Imaginando aleatoriamente uma referência bibliográfica desta natureza

GAMA. Da prova testemunhal e suas limitações, São Paulo, 1980.

Concluiremos pela imprecisão da informação que não conduz a nenhum grau de convicção. Pode-se tratar tanto de uma monografia como de um livro ou de um artigo de revista especializada. Nada indica a natureza do trabalho. A ausência do editor confunde, assim como a omissão dos nomes e prenomes do autor aumenta a perplexidade.

Um descuido dessa natureza pode obrigar o pesquisador a retornar à biblioteca para completar a referência lacunosa, ou chegar à conclusão, menos proveitosa, de que se trata de um mero artigo de revista jurídica de aproveitamento duvidoso ou relativo. Tudo isto se deve ao descuido do pesquisador que deveria ter anotado corretamente:

GAMA, João Eulálio. Da prova testemunhal e suas limitações: aspectos históricos. In: **Revista Brasileira de Direito Penal**, São Paulo, v.3, p.232, 1982.

2. Ser Exhaustivo

Refere-se à necessidade de se anotarem as referências sem omissões, bem como todos os dados interessantes, ou as passagens suscetíveis de uma provável citação integral, ainda que o aproveitamento imediato pareça incerto ou indefinido.

É o volume de leitura e o acúmulo de informações que vai indicando diretrizes, linhas de pensamento e dando os contornos reais da pesquisa.

3. Ser Claro

A clareza é regra que está diretamente subordinada à noção de que se escreve para os outros. A clareza está diretamente vinculada ao método de trabalho, e sua manifestação depende do grau de assimilação de um assunto e vice-versa.

Não existem regras determinadas de como atingir um bom estilo, já que cada indivíduo, através de sua produção, revela seu próprio espírito, suas reais condições intelectuais, o seu estilo; mas uma coisa é certa e pode interferir como determinante da validade do estilo: quanto mais simples e direto mais claro e adequado será.

Sempre partindo do pressuposto de que o objetivo básico do trabalho científico (monografia, artigo científico, resenha, informe científico e relatório técnico) é escrever para os outros, o pesquisador deve ter a constante preocupação de bem definir, de bem apreciar o problema, de precisar os meios pelos quais atingiu certas conclusões. Só assim fará obra científica.

4 PROJETO E PESQUISA

4.1 Projeto

Segundo MARCONI, 2000, p.38

O projeto é uma das etapas componentes do processo de elaboração, execução e apresentação da pesquisa, que necessita ser planejada com extremo rigor. Do contrário, o pesquisador ficará perdido diante da quantidade de dados levantados, dificultando a seleção dos mais importantes. Antes de redigir um projeto de pesquisa, alguns passos devem ser dados.

1. Em primeiro lugar, precisam ser realizados estudos preliminares que permitirão verificar se o assunto em questão já foi desenvolvido sob o aspecto teórico ou prático, se há outros estudos ou pesquisas realizados sob o mesmo tema e se o assunto está adequadamente integrado à teoria escolhida. A análise do material disponível deve ser incluída no projeto, sob o título de 'Revisão da bibliografia'.

2. A seguir, elabora-se um projeto provisório de pesquisa, objetivando à integração dos diferentes elementos em quadros teóricos e aspectos metodológicos adequados, o que permite ampliar e especificar os quesitos do projeto, ou seja, a 'definição dos termos'.

Feito isso, prepara-se o Plano definitivo, mais detalhado, apresentando rigor e precisão metodológica.

4.2 Estrutura do Projeto

Capa (Folha própria),

- entidade
- autor (es) (nome, endereço)
- título
- local e data.

1. TÍTULO (e subtítulo se houver)

2. IDENTIFICAÇÃO

3. OBJETIVO (para quê? para quem?)

3.1 Objetivo Geral

3.2 Objetivos Específicos

4. JUSTIFICATIVA (por quê?)

5. OBJETO (o quê)

6. EMBASAMENTO TEÓRICO (como?)

6.1 Revisão da Bibliografia

6.2 Definição de Termos

7. METODOLOGIA (como? com quê? onde ? quanto?)

7.1 Tipo de delineamento

7.2 Amostragem

7.3 Técnica de coleta de dados

7.4 Tabulação

7.5 Análise dos dados.

8. CRONOGRAMA (quando?)

9. ORÇAMENTO (com quanto?)

10. BIBLIOGRAFIA

1. TÍTULO

O título sintetiza o conteúdo da pesquisa. O tema deve ter uma limitação geográfica e espacial. Em um trabalho científico é preferível o aprofundamento à extensão.

2. IDENTIFICAÇÃO

2.1 Local – Localização geográfica e características próprias do local.

2.2 Identificação do Público – Qual o público alvo para qual o projeto se destina?

2.3 Beneficiários do Projeto – A quem ou o que receberá os benefícios? São as pessoas, comunidade, vida silvestre, floresta ou outra entidade que receberá os efeitos positivos do projeto.

3. OBJETIVO

Nesta parte indica-se o que é pretendido com o desenvolvimento da pesquisa. Deve-se iniciar com o verbo no infinitivo.

3.1 Objetivo Geral

Está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Vincula-se diretamente à própria significação da tese proposta pelo projeto.

3.2 Objetivos Específicos

Apresentam um caráter mais concreto e têm função intermediária e instrumental permitindo atingir o objetivo geral e aplicá-lo a situações particulares.

4. JUSTIFICATIVA (por quê?)

Consiste numa exposição sucinta, porém completa, das razões de ordem teórica e dos motivos de ordem prática que tornam importantes a realização da pesquisa. Deve abordar principalmente:

- a) As contribuições que a pesquisa pode trazer com vistas a proporcionar respostas aos problemas propostos ou a ampliar as formulações teóricas a esse respeito;
- b) a relevância social do problema a ser investigado;
- c) importância do tema do ponto de vista geral.

Na justificativa o pesquisador deve associar os conhecimentos científicos adquiridos com criatividade e capacidade de convencer, principalmente, nas pesquisas onde são solicitadas algum tipo de financiamento.

5. OBJETO

Responde à pergunta o quê? O objeto da pesquisa abrange:

5.1 Problema

A formulação do problema prende-se ao tema proposto; ela esclarece a dificuldade específica com a qual se defronta e que se pretende resolver por intermédio da pesquisa. Para ser cientificamente válido, um problema deve passar pelo crivo das seguintes questões:

- pode o problema ser enunciado em forma de pergunta?
- corresponde a interesses pessoais (capacidade), sociais e científicas, isto é, de conteúdo e de metodologia? Esses interesses estão harmonizados?
- constitui-se o problema em questão científica, ou seja, relacionam-se entre si pelo menos duas variáveis?
- pode ser objeto de investigação sistemática, controlada e crítica?
- pode ser empiricamente verificada em suas conseqüências (Schrader, 1974:20)

5.2 Hipótese básica

O ponto básico do tema, individualizado e especificado na formulação do problema, como é uma dificuldade sentida, compreendida e definida, necessita de uma resposta “provável, suposta e provisória”, isto é, uma hipótese. A principal resposta é denominada hipótese básica, que pode ser complementada por outras, que recebem a denominação de secundárias. Há diferentes formas de hipóteses, como:

- as que afirmam, em dada situação, a presença ou ausência de certos fenômenos;
- as que se referem à natureza ou características de certos fenômenos em uma situação específica;
- as que dizem respeito à natureza de determinadas relações entre fenômenos;
- as que prevêem criação concomitante, direta ou inversa, entre certos fenômenos.

5.3 Hipóteses secundárias

São afirmações complementares da hipótese básica, que podem:

- abranjer em detalhes o que a hipótese básica afirma em geral;
- englobar aspectos não especificados na básica;
- indicar relações deduzidas da primeira;
- decompor em pormenores a afirmação geral;
- apontar outras relações que possam ser encontradas.

5.4 Variáveis

Toda hipótese é o enunciado geral de relações entre, pelo menos, duas variáveis. Por sua vez, variável é um conceito que contém ou apresenta valores, como: quantidades, qualidades, características, magnitudes, traços; o conceito pode ser um objeto, um processo, um agente, um fenômeno, ou mesmo um problema.

6. EMBASAMENTO TEÓRICO (como?)

6.1 Revisão da Bibliografia

A citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes. Deve-se fazer na forma de citação de acordo com a ABNT.

6.2 Definição de Termos

A ciência lida com conceitos, isto é, termos simbólicos que sintetizam as coisas e os fenômenos perceptíveis na natureza, no mundo psíquico do homem ou na sociedade, de forma direta ou indireta. É necessário a definição dos termos com precisão.

7. METODOLOGIA (como? com quê? onde ? quanto?)

É a especificação da metodologia a ser adotada.

7.1 Tipo de delineamento

De acordo com o tipo de pesquisa a ser realizada.

7.2 Amostragem

Universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum. A delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos, etc., serão pesquisados, enumerando as suas características comuns, como por ex., sexo, faixa etária, organização a que pertencem, comunidade onde vivem, etc.

7.3 Técnica de coleta de dados

Apresentam duas grandes divisões:

a) documentação indireta abrangendo a pesquisa documental e a bibliográfica.

b) documentação direta: observação, entrevista, questionário, formulário, testes, análise de conteúdo, história de vida, pesquisa de mercado, etc.

Independente da(s) técnica(s) escolhida(s), deve-se descrever tanto a característica quanto a forma de sua aplicação, indicando, inclusive, como se pensa codificar e tabular os dados obtidos.

8. CRONOGRAMA (quando?)

O projeto deve esclarecer acerca do tempo necessário ao desenvolvimento da pesquisa. Convém que seja indicado o tempo correspondente a cada uma das fases da pesquisa. Pode-se elaborar na forma de gráfico de Gannt que é constituído por linhas, que indicam as fases da pesquisa, e por colunas, que indicam o tempo previsto.

9. ORÇAMENTO (com quanto?)

O projeto deve apresentar uma estimativa dos custos da pesquisa. Inclui gastos com pessoal e gastos com material.

a) pessoal - do coordenador aos pesquisadores de campo, todos os elementos devem ser computados os seus ganhos, quer globais, mensais, semanais ou por hora/atividade, incluindo os programadores de computador.

b) material – subdividido em:

- **elementos consumidos no processo de realização da pesquisa**, como papel, canetas, hora/computador, xerox, encadernação, etc.

- **elementos permanentes**, cuja posse pode retornar à entidade financiadora, ou serem alugados, como calculadoras, etc.

10. BIBLIOGRAFIA

A bibliografia final, apresentada no projeto de pesquisa, abrange os livros, artigos, publicações e documentos utilizados, e deve ser redigida de acordo com as normas da ABNT.

5. PESQUISA

A pesquisa é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Alguns autores fazem distinção entre a pesquisa pura e a aplicada. Na pesquisa pura ou básica o pesquisador tem como meta o saber, buscando satisfazer uma necessidade intelectual do conhecimento. Tem por objetivo ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar sistemas e modelos teóricos, relacionar e enfeixar hipóteses por força de dedução lógica. Além disso, supõe grande capacidade de reflexão e de síntese, a par do espírito de criatividade. Já na pesquisa aplicada, o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos, mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos.

São pesquisas que não se excluem, nem se opõem. Ambas são indispensáveis para o progresso das ciências e do homem; uma busca a atualização de conhecimentos para uma nova tomada de posição, enquanto a outra pretende, além disso, transformar em ação concreta os resultados de seu trabalho.

Com respeito ao procedimento geral podemos classificar a pesquisa em experimental e não experimental. As pesquisas bibliográficas e descritivas (de campo) não são experimentais; são de simples observação controlada pois o pesquisador não manipula as variáveis, não as isola, não provoca eventos, mas observa-os e registra-os. A pesquisa experimental (laboratório) permite que o pesquisador reitere, provoque e produza fenômenos em condições de controle.

5.1 Tipos de Pesquisa

5.1.1 Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. É realizada independentemente por vezes, isto é percorre todos os passos formais do trabalho científico, em particular em alguns setores das Ciências Humanas. Constitui parte da pesquisa descritiva ou experimental, enquanto é feita com intuito de recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar.

Fases da pesquisa bibliográfica:

- a) Escolha do assunto;
- b) documentação;
- c) trabalho com fichas e projeto definitivo;
- d) redação final.

5.1.2 Pesquisa descritiva ou de campo

A pesquisa descritiva observa, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Esta espécie de pesquisa não permite o isolamento e o controle das variáveis supostamente relevantes, mas permite o estabelecimento de relações constantes entre determinadas condições (variáveis independentes) e determinados eventos (variáveis dependentes) observados.

Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.

A pesquisa descritiva pode assumir diversas formas, entre as quais se destacam:

- a) Estudos exploratórios – quando um problema é pouco conhecido, ou seja, quando as hipóteses ainda não foram claramente definidas. Seu objetivo consiste numa caracterização inicial do problema, de sua classificação e de sua definição. Os estudos

exploratórios não elaboram hipóteses a serem testadas no trabalho, restringindo-se a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto em estudo. A pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma.

- b) Estudos descritivos – trata-se do estudo e descrição das características, propriedades e correlações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada. Os estudos descritivos, assim como os exploratórios, favorecem uma pesquisa mais ampla e completa, às tarefas da formulação clara do problema e da hipótese como tentativa de solução.
- c) Pesquisa de opinião – procura saber atitudes, pontos de vista e preferências que as pessoas têm a respeito de algum assunto, com o objetivo de tomar decisões. A pesquisa de opinião abrange uma faixa muito grande de investigações que visam identificar falhas ou erros, descrever procedimentos, descobrir tendências, reconhecer interesses e outros comportamentos.
- d) Pesquisa de motivação – busca saber as razões inconscientes e ocultas que levam, por exemplo, o consumidor a utilizar determinado produto ou que determinam certos comportamentos e atitudes.
- e) Estudo de caso – é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade para examinar aspectos variados de sua vida.

Em síntese, a pesquisa descritiva, em suas diversas formas, trabalha sobre dados e fatos colhidos da própria realidade.

Fases da pesquisa descritiva:

- a) Realizar uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto em questão;
- b) operação da coleta de dados. São utilizados como principais instrumentos a observação, a entrevista, o questionário e o formulário;
- c) análise dos resultados. Após a coleta de dados, resta o trabalho de tabulação, de elaboração de gráficos, quadros, mapas, estatísticas para as análises e interpretações e conclusões de caráter indutivo;
- d) relatório final.

5.1.3 Pesquisa experimental ou de laboratório

Caracteriza-se por manipular diretamente as variáveis relacionadas com o objeto de estudo. Neste tipo de pesquisa, a manipulação das variáveis proporciona o estudo da relação entre causa e efeito de um determinado fenômeno. Através da criação de situações de controle, procura-se evitar a interferência de variáveis. Interfere-se diretamente na realidade, manipulando-se a variável independente a fim de observar o que acontece com a dependente.

Enquanto a pesquisa descritiva procura classificar, explicar e interpretar os fenômenos que ocorrem, a pesquisa experimental pretende dizer de que modo ou por que causas o fenômeno é produzido.

Para atingir estes resultados, o pesquisador fará uso de aparelhos e de instrumentos que a técnica moderna coloca ao seu alcance com procedimentos apropriados e capazes de tornar perceptíveis as relações existentes entre as variáveis envolvidas no objeto de estudo.

Fases da pesquisa experimental:

- a) Pesquisa bibliográfica;
- b) observação. Observar é aplicar a atenção a um fenômeno ou problema, capta-lo, retrata-lo, tal como se manifesta;

- c) hipótese. É o enunciado da solução estabelecida provisoriamente como explicativa de um problema qualquer. O exame inicial de um problema e a observação criteriosa sobre o comportamento das variáveis conduzem o pesquisador a formular a solução provável do problema (hipótese);
- d) experimentação. É o trabalho orientado no sentido de verificar as hipóteses. Fazer experimentos significa reproduzir fenômenos em condições de rigoroso controle das variáveis, com o objetivo de identificar os fatores antecedentes responsáveis por determinado evento subsequente. O grande objetivo da experimentação é descobrir qual ou quais das variáveis independentes são causadoras de determinado evento;
- e) indução. Confirmada a relação constante entre determinada variável independente e determinado evento, através da experimentação, será correto ampliar-se esta relação para fenômenos em que as mesmas variáveis ocorram nas mesmas circunstâncias, e a isso chamamos de lei. Portanto, lei é a proposição que enuncia a relação constante entre a variável independente e a variável dependente, após a confirmação dos fatos mediante a experimentação. A partir da lei a ciência tem condições de fazer previsões ou de prever eventos. Assim como o meteorologista pode prever as condições do tempo, o astrônomo prevê eclipses, o biólogo prevê a morte, e assim por diante, porque em presença de determinadas variáveis antecedentes, ocorrerão determinados eventos. Além de prever eventos, a ciência pode atuar sobre suas causas, evitando-as ou atenuando-as. Quando não é possível evita-los, sua previsão permite que se evitem seus efeitos maléficos;
- f) relatório. O relatório da pesquisa experimental deve ser breve, claro e preciso, incluindo todos os elementos necessários para que outra pessoa possa repeti-la.

5.2 Método

A pesquisa é uma atividade voltada para a solução de problemas através do emprego de processos científicos.

A pesquisa científica é a realização concreta de uma investigação planejada, desenvolvida e redigida de acordo com as normas de metodologia consagradas pela ciência.

É o método de abordagem de um problema em estudo que caracteriza o aspecto científico de uma pesquisa.

O método não se inventa. Depende do objeto da pesquisa.

O método é o traçado das etapas fundamentais da pesquisa e a técnica significa os diversos procedimentos para a realização das etapas do método.

Portanto, os objetos de investigação determinam o tipo de método a ser empregado, a saber: o racional e o experimental. Um e outro empregam técnicas específicas como também técnicas comuns a ambos.

O método de abordagem engloba: o método indutivo, o método dedutivo, o método hipotético-dedutivo e o método dialético.

5.2.1 Método Dedutivo ou Racional

O método racional é assim chamado porque os assuntos a que se aplica não são realidades, fatos ou fenômenos susceptíveis de comprovação experimental. Utiliza a direção descendente do pensamento.

As especulações filosóficas, bem como as demonstrações das propriedades matemáticas a partir de axiomas (proposição não demonstrável cuja aceitação como verdadeira se impõe na formação de uma perfeita sequência lógica, máxima) e de definições ideais, por exemplo,

utilizam-se principalmente do método dedutivo, cuja função básica é explicitar ao longo da demonstração aquilo que implicitamente já se encontra no antecedente.

O pensamento é dedutivo quando, a partir de enunciados mais gerais dispostos ordenadamente como premissas de um raciocínio, chega a uma conclusão particular ou menos geral, como nestes exemplos:

Todo homem é mortal. (premissa geral)

Pedro é homem.

Logo, Pedro é mortal. (conclusão particular)

Todo mamífero é vertebrado. (premissa mais geral)

Todo homem é mamífero.

Logo, todo homem é vertebrado (conclusão menos geral)

Pelo método racional procura-se obter uma compreensão e visão mais ampla sobre o homem, sobre a vida, sobre o mundo, sobre o ser. Essa visão, a que leva a investigação racional, evidentemente não pode ser testada ou comprovada experimentalmente em laboratórios. E é exatamente a possibilidade de comprovar ou não as hipóteses que distinguem o método experimental (científico em sentido restrito) do método racional.

5.2.2 Método Indutivo ou Experimental

A direção ascendente do pensamento é própria do método experimental. A indução caminha do registro de fatos singulares ou menos gerais para chegar a conclusão desdobrada ou ampliada em enunciado mais geral, como nestes exemplos:

Este pedaço de fio de cobre conduz energia.

Este segundo e este terceiro pedaços de fio de cobre conduzem energia.

Logo, fio de cobre (todo) conduz energia.

Cobre é metal e conduz energia.

Ouro é metal e conduz energia.

Ferro é metal e conduz energia.

Logo, (todo) metal conduz energia.

A indução científica parte do fenômeno para chegar à lei geral. Observa, experimenta, descobre a relação causal entre dois fenômenos e generaliza esta relação em lei, para efeito de previsões.

5.2.3 Método Hipotético-Dedutivo

Inicia-se pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a previsão da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese.

5.2.4 Método Dialético

Que penetra o mundo dos fenômenos por meio de uma ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade.

Segundo MARCONI, 2000, p.43-44

Os métodos de procedimento têm uso mais restritos em Direito. São menos abrangentes e menos abstratos do que os métodos de abordagem. Os métodos de procedimento abrangem:

- a) **método empírico:** procedimento que advém somente da experiência, ou seja da observação e tratamento experimental dos fatos;
- b) **método histórico:** consiste em investigar acontecimentos, processos, instituições do passado para verificar sua influência na sociedade atual;
- c) **método comparativo:** estuda as diferenças e semelhanças entre diferentes fatos, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências;
- d) **método monográfico:** estuda, em profundidade, determinado fato sob todos os seus aspectos;
- e) **método funcionalista:** refere-se ao estudo de um fato do ponto de vista da função, ressaltando a funcionalidade de cada unidade da sociedade ou outras;
- f) **método estruturalista:** parte da investigação de um fenômeno concreto para, a seguir, eleva-lo ao nível abstrato, vendo a realidade do ponto de vista interno;
- g) **método estatístico:** os processos estatísticos permitem obter, de conjuntos complexos, representações simples e constatar se essas verificações simplificadas têm relação entre si. Significa redução de fenômenos a termos quantitativos e manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza ou significado;
- h) **método genealógico:** permite o estudo do parentesco em todas as suas implicações sociais. Por meio do levantamento genealógico, o pesquisador terá não apenas uma confirmação dos dados já observados, mas também novas informações. Necessita de dados como: filiação biológica, posição na estrutura social, relacionamento entre pessoas, indivíduos ausentes ou já falecidos.

O Direito, dada sua amplitude, utiliza vários métodos. Os pesquisadores ao estudarem um fenômeno jurídico, lançam mão de diversos métodos, utilizando-os dentro de uma perspectiva, em busca de determinados resultados. Prevalece, então na investigação do Direito, uma combinação de métodos.

5.3 Técnicas de Pesquisa

Técnica é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. A seguir descreve-se a documentação indireta, a documentação direta, a observação direta intensiva e observação direta extensiva.

5.3.1 Documentação indireta

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas.

O levantamento de dados, primeiro passo de qualquer pesquisa científica, é feito de duas maneiras: pesquisa documental (ou de fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (ou de fontes secundárias).

5.3.1.1 Pesquisa documental

Os documentos de fonte primária são aqueles de primeira mão, provenientes de órgãos que realizaram as observações, e são encontrados em:

- a) Arquivos Públicos – Podem ser nacionais, estaduais e municipais. Contêm:
 - Documentos Oficiais, ou seja, anuários, editoriais, leis, atas, relatórios, ofícios, correspondências, alvarás, panfletos, etc.

- Documentos Jurídicos, oriundos de cartórios. Registros gerais de falências, inventários, testamentos, escrituras de compra e venda, hipotecas; nascimentos, casamentos, mortes, divórcios, etc.
- Coleções Particulares, ofícios, correspondências, autobiografias, memórias, etc.
- Iconografia, material cartográfico.

b) Arquivos Particulares – Pertencem a instituições de ordem privada ou a domicílios particulares como bancos, igrejas, indústrias, partidos políticos, sindicatos, escolas, associações, residências, etc. Englobam registros diversos, ofícios, correspondências, atas, memórias, diários, autobiografias, etc.

c) Fontes Estatísticas – Vários órgãos oficiais e particulares, responsáveis pelo Censo ou pela coleta e elaboração de dados estatísticos, também se constituem em importantes fontes de informação: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Departamentos Estaduais e Municipais de Estatística, Banco Central, IBOP (Instituto Brasileiro de Opinião Pública), Instituto Gallup.

d) Fontes não Escritas – Há documentos utilizados por ciências como a Etnologia, a Arqueologia e outras, não escritos, mas considerados importantes repositórios de conhecimentos. Entre eles se encontram: fotografias, gravações, imprensa falada (televisão e rádio), desenhos, pinturas, canções, indumentárias, objetos de arte, folclore e outros testemunhos gráficos.

5.3.1.2 Pesquisa bibliográfica

Trata-se do levantamento de toda bibliografia já publicada e que tenha relação com o tema em estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.

5.3.1.3 Pesquisa descritiva ou de campo

É aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. Diversas ciências e ramos de estudo utilizam a pesquisa de campo para o levantamento de dados: entre elas figuram a Sociologia, a Antropologia Cultural e Social, a Psicologia Social, a Política, o Serviço Social e outras.

5.3.1.4 Pesquisa experimental ou de laboratório

Descreve e analisa o que será ou ocorrerá em situações controladas. Exige instrumental específico, preciso, e ambientes controlados.

5.3.2 Documentação direta

A documentação direta constitui-se, em geral, no levantamento de dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem. Esses dados podem ser obtidos de duas maneiras: através da pesquisa de campo ou da pesquisa de laboratório.

5.3.2.1 Observação direta intensiva

Realizada através da observação e da entrevista.

5.3.2.1.1 Observação

Utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas, a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam o seu comportamento.

5.3.2.1.2 Entrevista

Trata-se de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica.

5.3.2.2 Observação direta extensiva

Realiza-se através do questionário, do formulário, de medidas de opinião e atitudes e de técnicas mercadológicas.

5.3.2.2.1 Questionário

Constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador.

5.3.2.2.2 Formulário

É o nome geral usado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa.

5. 4 A Defesa do Trabalho

Segundo FERREIRA SOBRINHO (1997, p.105) “Não se deve transformar o ato de defesa do trabalho acadêmico em uma batalha campal. Equilíbrio é uma palavra que nunca pode ser esquecida. Quando o examinando se mantém tranquilo, equilibrado, diante das provocações dos examinadores, ele tem maiores chances de produzir uma refutação boa em termos científicos, além, naturalmente, de fazer com que o examinador engraçadinho perca a calma e mostre para todo mundo de que material é realmente feito. Se usar máscara ela cairá. E isto será muito ruim para ele, não para o examinando que não o agrediu nem o destratou”.

De qualquer sorte, é melhor copiar e memorizar estes conselhos de Michel Coéffé¹ *apud* FERREIRA SOBRINHO (1997):

1. Mostre-se vivo, caloroso e convincente.
2. Dê respostas pessoais e não simplesmente decoradas.
3. Evite tudo aquilo que possa acarretar uma reação negativa. Não invente nada, não procure enganar o examinador.
4. Não desafie o examinador enfrentando-o após uma observação ou, ao contrário, jogando com a familiaridade ou com uma sedução visível demais.
5. Acalme-se. Seja claro.
6. Não fale sobre o que você não conhece.
7. Saiba escutar.
8. Reflita antes de responder.
9. Não fale depressa demais.
10. Diante de uma banca, passe os olhos pelo conjunto de membros.

MÁTTAR NETO (2002, p.196-197) afirma que:

¹ COÉFFÉ, Michel. **Guia dos métodos de estudos**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

A defesa pública de trabalhos de conclusão de curso, dissertação de mestrado e teses de doutorado é um dos momentos de maior tensão para o candidato. Apesar dos meses e anos de estudos, há sempre o temor de que não saberemos responder às perguntas formuladas pela banca, de que os membros da banca discordarão de nossas idéias e interpretações, de que algum erro grotesco de nosso trabalho seja revelado durante a argüição etc.

O método de trabalho que propusemos aqui, com a utilização do sumário como guia para o desenvolvimento do texto, acaba gerando bastante segurança na defesa de suas idéias perante a banca: o trabalho foi construído por partes, pouco a pouco; várias considerações puderam ser incluídas no texto; houve a flexibilidade para alterar ou incluir alguma passagem sempre que necessário etc. Assim, o método do sumário garante que o candidato tenha em sua mente um Raio X de seu texto, tanto do ponto de vista histórico (como ele foi construído) quanto a partir da sua estrutura finalizada.

De qualquer forma, seguem duas breves sugestões para aquele que terá de passar por uma banca.

Em primeiro lugar, fazer um resumo das principais idéias de seu trabalho, um esqueleto de sua estrutura, procurando perceber os momentos importantes da argumentação, os momentos em que você avança mais em suas interpretações, aquelas passagens em que as conclusões tiradas parecem pouco fundamentadas, as contradições etc. A consciência desse mapa do texto ajuda bastante a aumentar a confiança do candidato e também serve como suporte para que as perguntas colocadas pela banca possam ser respondidas com segurança e domínio sobre todas as partes do trabalho.

Em segundo lugar, convém anotar as perguntas que cada membro da banca faz e procurar responder a todas. As anotações das perguntas possibilitam inclusive, passada a defesa da tese, que o trabalho seja revisto da perspectiva das questões levantadas e possivelmente corrigido. É importante ainda, durante a defesa, reconhecer as fraquezas ou erros evidentes do trabalho, quando sugeridos pela banca – uma postura agressiva e de irredutibilidade na defesa de suas próprias opiniões só diminui as chances de uma boa nota!

6. TRABALHOS E PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

6.1 Trabalhos Científicos

Segundo CARNEIRO, 2002, p. 50-51

Em sentido amplo, todos os trabalhos acadêmicos podem ser entendidos como monografias. Porém, em sentido estrito, dentre os trabalhos acadêmicos, a monografia é o mais basilar. Como expressa a etimologia do vocábulo, é o escrito sobre um tema, com aspectos delimitados. Por isso, nesse patamar, a demarcação teórica deve ser bastante rigorosa. Na monografia, não nos estendemos sobre o assunto, em amplitude; e sim, ao definirmos qual(is) o(s) aspecto(s) do assunto que queremos abordar, tratamos de estudá-lo com o suficiente rigor e profundidade; mas basicamente, sem extensão.

A extensão é apanágio das dissertações, que são o segundo degrau da pesquisa acadêmica. Aí sim, além da profundidade, devemos levar o assunto, tanto quanto possível, à sua exaustão em latitude, a fim de comprovar o domínio do corpo do saber teórico no qual desenvolvemos a pesquisa.

Já as teses, que são o mais alto grau dos trabalhos acadêmicos, caracterizam-se pela originalidade. Devem acrescentar algo de novo ou inédito ao corpo do conhecimento científico.

As monografias são desenvolvidas como conclusão dos cursos de graduação ou nas pós graduações *lato sensu*; as dissertações são defendidas nos cursos de mestrado e as teses, por sua vez, nos cursos de doutorado, denominados, estes dois últimos, de pós graduação *stricto sensu*.

6.1.1 Monografia – MARCONI, 2000, p.65-71 afirma que:

A monografia é o primeiro passo da atividade científica do pesquisador. Hoje, as faculdades estão exigindo que seus alunos, para obtenção de grau, realizem um trabalho científico de final de curso – TCC -, ou seja, a monografia.

‘Mono’ quer dizer único; portanto, o trabalho deve abordar um único tema ou assunto. Trata-se de um estudo sobre tema específico, particular com suficiente valor representativo, que obedece a rigorosa metodologia. Investiga determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina.

Tem como base a escolha de uma unidade ou elementos social ou jurídico, sob duas circunstâncias: (1) ser suficientemente representativo de um todo cujas características se analisam; (2) ser capaz de reunir os elementos constitutivos de um sistema social ou jurídico e de refletir as incidências e fenômenos de caráter autenticamente coletivo.

A monografia apresenta algumas características:

- a. trabalho escrito, sistemático e completo;
- b. tema específico ou particular de uma ciência ou parte dela;
- c. estudo pormenorizado e exaustivo, abordando vários aspectos e ângulos do caso;
- d. tratamento extenso, preciso e claro;
- e. metodologia científica;
- f. contribuição importante, original e pessoal para a ciência.

A característica essencial não é a extensão, como querem alguns autores, mas o caráter do trabalho (tratamento de um tema limitado) e atualidade da tarefa, isto é, o nível da pesquisa, que está intimamente ligado aos objetivos propostos para sua elaboração.

A monografia tem como finalidade descobrir e/ou redescobrir a verdade, esclarecendo fatos ou teorias obscuras ou não totalmente conhecidas. Por meio de um trabalho metódico e rigoroso, podem-se enriquecer e aprofundar várias noções científicas.

Segundo Luiz Antônio Rizzato Nunes (1997) *apud* MARCONI (2000, p. 67), outra característica da monografia científica consiste em sua ‘teorização prévia com

colocação do problema e/ou problemas e as hipóteses com as quais vai trabalhar para tentar resolvê-las’.

Quem escreve um trabalho deve sempre preocupar-se com o seguinte: o pesquisador escreve para os outros; deve, portanto, apresentar o resultado dos dados coletados durante a pesquisa, com objetividade e clareza e chegar a uma conclusão.

O resultado da pesquisa de ser equilibrado, oferecendo ao interessado um trabalho válido. O principal objetivo do investigador é despertar no estudante o interesse pela questão em pauta, levando-o a sentir prazer em realizar a pesquisa.

Os trabalhos científicos sempre apresentam a mesma estrutura, sejam eles sociais, econômicos, de direito etc.: introdução, desenvolvimento e conclusão. Pode variar em relação ao material, ao enfoque dado, à utilização de um ou outro método, e/ou técnica, ser mais ou menos profundo; entretanto, não pode alterar a forma e a estrutura:

- a. *introdução*: formulação clara e simples do tema de investigação; é a apresentação sintética do tema, sua justificativa, objeto e objetivos, importância da metodologia utilizada e rápida referência a trabalhos anteriores sobre o mesmo assunto;
- b. *desenvolvimento*: fundamentação lógica de pesquisa, cuja finalidade é expor e demonstrar as principais idéias. O desenvolvimento abrange três fases: explicação, discussão e demonstração. Explicação ‘é o ato pelo qual se faz explícito o implícito, claro o escuro, simples o complexo’ afirma Asti Vera (1979) *apud* MARCONI (2000, p.70). Discussão é o exame, argumentação, análise e a explicação da pesquisa. Demonstração é a dedução lógica do trabalho; implica o exercício do raciocínio;
- c. *conclusão*: fase final do trabalho de pesquisa que, assim como a introdução e o desenvolvimento, possui estrutura própria. Consiste no resumo completo da argumentação dos dados e dos exemplos constantes das duas primeiras partes do trabalho. Deve conter o fecho da introdução ou a síntese de toda a reflexão.

6.1.2 Dissertação

A dissertação exige sistematização dos dados levantados, ou seja, a ordenação, a análise e interpretação dos mesmos, podendo ser expositiva ou argumentativa. No primeiro caso, consiste na reunião e relação do material coletado de diferentes fontes; no segundo, requer, além disso, a interpretação das idéias expostas. Por ser um estudo formal, exige metodologia própria do trabalho científico (MARCONI, 2000, p. 71).

6.1.3 Tese

Tese é uma modalidade do trabalho científico, cuja origem encontra-se na Idade Média, quando a defesa aspirava conseguir o título de doutor. Hoje, a exigência desse trabalho faz-se em dois níveis: para a obtenção do título de doutor ou de livre-docência. A tese apresenta o mais alto nível de pesquisa e requer não só a exposição e a explicação do material coletado, mas também, e principalmente, análise e interpretação dos dados. Pode ser considerada como um teste de conhecimento para o candidato, que deve demonstrar capacidade de imaginação, de criatividade e habilidade, não só para relatar o trabalho, mas também para apresentar soluções para determinado problema (MARCONI, 2000, p. 76-77).

6.2 Publicações Científicas

Segundo MARCONI, 2000, p. 85 “Todo pesquisador necessita apresentar a outras pessoas o resultado de suas pesquisas, do conhecimento adquirido”.

CARNEIRO, 2002, p.51 -52 afirma que:

Muitos tipos de escritos podem ser enquadrados em normas técnicas: livros, projetos, relatórios, folhetos etc.

Os artigos, por exemplo, são escritos para serem publicados em periódicos, revistas ou jornais; portanto, referem-se a uma comunicação mais rápida, que noticia conhecimentos ou modos novos de tratar assuntos já assentados.

Os ensaios são formas mais simples de escrito. Um ensaio pode permitir-se uma linguagem literária ou metafórica (o que não é possível num trabalho científico); e serve como esboço de um trabalho científico maior sem estar, necessariamente, enquadrado nas regras obrigatórias da metodologia científica. Cumpre observar, no entanto, que há vários tipos de ensaios teóricos.

6.2.1 Comunicação Científica - MARCONI, 2000, p. 85-92 cita que:

Refere-se à informação apresentada em congressos, simpósios, semanas, reuniões, academias, sociedades científicas etc., quando se expõem os resultados de uma pesquisa original, inédita, criativa, a ser posteriormente publicadas em anais ou revistas. A comunicação deve trazer informações científicas novas, com certa frequência, ser limitada em sua extensão, isto é não ser longa. Em congressos, simpósios, semanas, etc., geralmente estipula-se o tempo para o participante expor seu trabalho: de 10 a 20 minutos mais ou menos. Embora apresentada oralmente, a comunicação científica deve ser escrita, principalmente se o autor tiver em mente sua publicação. Mas não pode prescindir de um plano. Pode ser o estudo de um tema novo, ou revisão crítica dos estudos realizados. Não precisa de abundantes aspectos analíticos, mas é necessário que a experiência, as idéias ou a teoria sejam bem fundamentadas. O texto das comunicações não permite ao leitor: (a) reproduzir as experiências e obter os mesmos resultados; (b) verificar os resultados da análise; (c) julgar as conclusões do autor. Todavia deve contribuir com novas abordagens ou informações. Deve ser clara, precisa e exata.

A estrutura da comunicação abrange três partes organicamente unidas.

a. Introdução

Formulação clara e simples do tema da pesquisa, apresentação sintética do problema e rápida referência a trabalhos anteriores, relacionados com ele. Inclui: justificativa, objetivos, metodologia delimitação e exposição precisa da idéia principal. Tem por objeto situar o leitor na questão e deixa-lo a par da importância do problema e do método de abordagem.

b. Desenvolvimento

Apresentação das informações e argumentos de forma detalhada. Consiste na fundamentação lógica do trabalho. Tem por finalidade expor e demonstrar as principais idéias. É o corpo do trabalho. A subdivisão do texto em itens e subitens permite ao leitor ou ouvinte melhor compreensão.

c. Conclusão

Constitui a parte final do processo. Apresenta uma síntese completa dos resultados da pesquisa ou resumo das principais informações ou argumentos.

A comunicação, como outro qualquer trabalho científico, exige rigor no uso da linguagem, obedecendo às normas básicas de conduta da redação. O significado das palavras empregadas no texto deve ser claro, preciso, não deixando margem a dúvidas. É importante a definição de alguns termos e ter cuidado com o uso de palavras ambíguas. As divergências relativas às palavras ou expressões, com significados diferentes em algumas teorias ou áreas científicas, precisam ser esclarecidas a fim de evitar erros de interpretação.

O preparo da comunicação científica escrita requer a elaboração de um plano de trabalho, que deve apresentar as seguintes partes:

a. Folha de rosto

- Designação do congresso, simpósio etc.

- Local de realização.
- Data do evento.
- Patrocinadores.
- Título do trabalho.
- Nome do autor.
- Credenciais do autor.

b. Sinopse

Resumo analítico do trabalho redigido pelo próprio autor ou editor e publicado ao mesmo tempo que a obra. Pode ser colocado entre o título do(sic) e o texto ou ao final da publicação. Deve ser escrito em português, inglês, ou outra língua de difusão internacional. A redação da sinopse precisa:

- Facilitar a consulta do periódico que as publicou e tornar o trabalho do mesmo menos oneroso e mais rápido.
- Conter, de forma sucinta, os valores encontrados no trabalho e suas conclusões, sem emitir juízo de valor.
- Dar ao leitor uma visão global do conteúdo
- Indicar a maneira como o tema foi abordado.
- Apontar os fatos novos e as conclusões tiradas.
- Ser o mais conciso possível.

c. Conteúdo

- Introdução
- Texto (desenvolvimento)
- Conclusões ou recomendações

d. Referência bibliográfica (sic)

6. 2.1.1 Papers – CARNEIRO, 2002, p. 52-55 afirma que:

Os papers configuram um recente estilo na metodologia do trabalho científico, pois consistem em escritos mais breves do que as monografias e, de uma maneira geral, mais flexíveis do que os artigos.

Em um certo sentido, podemos dizer que os *papers* tendem a substituir os ensaios teóricos.

Assim, os *papers*, quanto ao conteúdo, podem ser ‘de ponta’ (no sentido de apresentarem idéias novas e originais, o que tradicionalmente, seria objeto de uma tese); ou podem ser escritos monográficos dos mais diversos gêneros: por essa razão são tidos como um formato flexível para os trabalhos acadêmicos sendo que, em certos casos, podem até mesmo substituir os artigos.

O *paper* deve ser uma comunicação científica ágil e veloz na qual se visa à economia de tempo e de espaço. Por isso, não se deve apresentar capa, folha de rosto etc; porém o conteúdo desses itens deve estar presente no trabalho, de modo compacto.

Deve-se observar, todavia, que não há forma rígida para a elaboração de *papers*. Alguns elementos podem ser acrescentados ou substituídos (por exemplo: em vez de “resumo”, pode-se fazer o “*abstract*” em inglês, o “*résumé*” em francês ou o “*resúmen*” em espanhol, conforme as finalidades às quais se destina o trabalho).

As páginas do *paper* devem ser numeradas no canto superior direito, em algarismos arábicos, sendo facultada a impressão do número na primeira página.

6.2.1.2 Artigos Científicos

Segundo MARCONI, 2000, p. 92- 96

Os artigos científicos são trabalhos completos em si mesmos, que tratam de um tema verdadeiramente científico; apesar de resumidos, obedecem à mesma estrutura da

monografia ou tese. Constituem a parte principal de revistas e periódicos especializados. Os artigos científicos, por serem completos, permitem ao leitor, mediante a descrição da metodologia empregada, do processamento utilizado e resultados obtidos, repetir a experiência.

Várias oportunidades podem ser motivo para a redação de um artigo científico.

Por exemplo:

- a. expor aspectos novos sobre um tema ou sobre algum outro tratado superficialmente; novos estudos ou pesquisas permitem encontrar uma solução diferente;
- b. apresentar uma questão antiga de maneira nova;
- c. anunciar os resultados de uma pesquisa a ser publicada em livro;
- d. desenvolver aspectos secundários de um assunto não totalmente estudados;
- e. abordar temas controvertidos ainda não adequados para um livro.

O artigo científico tem a mesma estrutura orgânica exigida para trabalhos científicos. Apresenta as seguintes partes:

Preliminares

- a. cabeçalho: título (e subtítulo) do trabalho;
- b. autor(es);
- c. credenciais do(s) autor(es);
- d. local de atividades.

Sinopse

Resumo analítico do trabalho.

Corpo do artigo

- a. *introdução*: apresentação do assunto, objetivo, metodologia, limitações e proposição;
- b. *texto ou corpo do trabalho*: exposição, explicação e demonstração do material; avaliação dos resultados e comparação com obras anteriores;
- c. *conclusão ou comentários*: dedução lógica, baseada e fundamentada no texto, de forma resumida.

Parte referencial

- a. bibliografia consultada;
- b. apêndice ou anexos (se necessários);
- c. agradecimentos (opcional);
- d. data.

A divisão do corpo do artigo pode sofrer alterações de acordo com o texto a ser dividido em mais itens. Por exemplo:

- a. introdução;
- b. material e método;
- c. resultados;
- d. discussão;
- e. conclusões.

Entretanto, não convém subdividir muito o artigo para não se perder a seqüência das idéias. Se necessário, a divisão deve obedecer a uma ordem lógica; cada parte pode formar um todo e ter um título apropriado.

Quanto à análise do conteúdo, os artigos podem ser de três tipos: argumento teórico, artigo de análise e/ou classificatório.

Argumento teórico – Quando apresenta argumentos favoráveis, ou contrários a certa opinião. Inicialmente, enfoca-se um dado argumento e depois os fatos que possam prova-lo ou refuta-lo. O desenrolar da argumentação leva a uma tomada de posição. Essa forma de trabalho requer pesquisa profunda e intensa a fim de coletar dados vários e suficientes. É uma forma de documentação difícil, sendo empregada, geralmente, por especialistas experientes.

ROTEIRO

- a. exposição da teoria;

- b. fatos apresentados;
- c. síntese dos fatos;
- d. conclusão.

Artigo de análise – Nesse tipo, o autor faz análise de cada elemento constitutivo do assunto e sua relação com o todo. A análise engloba: descrição, classificação e definição do assunto, tendo em vista a estrutura, a forma, o objetivo e a finalidade do tema. Entra em detalhes e apresenta exemplos. Não é muito comum, na literatura moderna, encontrar-se um artigo totalmente analítico.

ROTEIRO

- a. definição do assunto;
- b. aspectos principais e secundários;
- c. as partes;
- d. relações existentes

Artigo classificatório – O autor, nesse caso, procura classificar os aspectos de determinado assunto e explicar suas partes. Primeiramente, faz-se a divisão do tema em forma tabular, ou seja, em classes, com as características principais. Depois apresenta: definição, descrição objetiva e análise. Entre as formas de documentação técnica, é a mais útil.

ROTEIRO

- a. definição do assunto;
- b. explicação da divisão;
- c. tabulação dos tipos;
- d. definição de cada espécie.

O estilo deve ser claro, conciso, objetivo; a linguagem correta, precisa, coerente ou simples. Adjetivos supérfluos, rodeios e repetições ou explicações inúteis devem ser evitados, assim como a forma excessivamente compacta, que pode prejudicar a compreensão do texto. O título também merece atenção: precisa corresponder, de maneira adequada ao conteúdo.

6.2.1.3 Informe Científico

O informe científico é um tipo de relato escrito que divulga os resultados parciais ou totais de uma pesquisa, as descobertas realizadas, ou os resultados de uma investigação em curso. É o mais sucinto dos trabalhos científicos e restringe-se à descrição de resultados obtidos por meio da pesquisa de campo, de laboratório ou documental. O informe consiste, pois, no relato das atividades de pesquisa desenvolvida, e é imprescindível que seja compreendido e aproveitado. Deve estar redigido de maneira que a comprovação dos procedimentos, técnicas e resultados obtidos, ou seja, a experiência realizada, possa ser repetida pelo principiante que se interessar pela investigação (MARCONI, 2000, p.97).

6.2.1.4 Resenha Crítica

Resenha é uma descrição minuciosa que compreende certo número de fatos, ou seja a apresentação do conteúdo de uma obra. Consiste na leitura, no resumo, na crítica e na formulação de um conceito do valor do livro feitos pelo resenhista.

Estrutura da Resenha

1. Referência
2. Credenciais do Autor
 - Informações gerais sobre o autor.
 - Autoridade no campo científico.

- Quem fez o estudo?
- Quando? Por quê? Onde?
- 3. Conhecimento
 - Resumo detalhado das idéias principais.
 - De que trata a obra? O que diz?
 - Possui alguma característica especial?
 - Como foi abordado o assunto?
 - Exige conhecimentos prévios para entendê-lo?
- 4. Conclusão do Autor
 - O autor faz conclusões? (ou não?)
 - Onde foram colocadas? (final do livro ou dos capítulos?)
 - Quais foram?
- 5. Quadro de Referências do Autor
 - Modelo teórico
 - Que teoria serviu de embasamento?
 - Qual o método utilizado?
- 6. Apreciação
 - a) Julgamento da obra:
 - Como se situa o autor em relação:
 - às escolas ou correntes científicas, filosóficas, culturais?
 - às circunstâncias culturais, sociais, econômicas, históricas, etc.?
 - b) Mérito da obra:
 - Qual a contribuição dada?
 - Idéias verdadeiras, originais, criativas?
 - Conhecimentos novos, amplos, abordagem diferente?
 - c) Estilo:
 - Conciso, objetivo, simples?
 - Claro, preciso, coerente?
 - Linguagem correta?
 - Ou o contrário?
 - d) Forma:
 - Lógica, sistematizada?
 - Há originalidade e equilíbrio na disposição das partes?
 - e) Indicação da Obra:
 - A quem é dirigida: grande público, especialistas, estudantes?

6.2.1.5 Conferência - MARCONI, 2000, p.99-100 cita que:

Trata-se de uma preleção pública sobre assunto literário ou científico. Em geral, consiste em uma exposição oral, mas pode destinar-se à publicação.

Os primeiros passos, objetivando realizar uma conferência, são: pensar, planejar e, depois, escrever e rever. O orador precisa saber para quem vai falar.

Devem-se, primeiramente, definir os objetivos e, depois, selecionar os dados importantes que precisam ser desenvolvidos numa seqüência lógica. Na organização da conferência, podem constar dados bibliográficos, desde que atualizados e, também, valer-se de recursos visuais, para melhor explicação do tema. Geralmente, é aos congressos, simpósios, reuniões etc. que os especialistas levam sua contribuição, expondo aspectos concretos da pesquisa. Com freqüência, apresentam as fases ou os resultados finais de seu trabalho.

Na exposição, o conferencista deve transmitir as idéias essenciais com clareza, mas deve ser breve.

A estrutura da conferência segue o mesmo esquema dos trabalhos científicos, ou seja:

- a. *introdução* (breve): consiste no esboço de uma finalidade, nos objetivos e no problema a ser tratado;
- b. *desenvolvimento ou corpo do trabalho* (texto): refere-se à apresentação das idéias principais, expostas em frases curtas e claras. Repetição do que foi dito na introdução, valendo-se de outras palavras, para que os assistentes possam compreender as etapas da conferência;
- c. *conclusão*: aborda os principais tópicos do texto, procurando deixar o tema central na mente do ouvinte.

O conferencista deve permanecer em pé, em local apropriado da sala, em frente ao público assistente, sem fixar diretamente uma ou outra pessoa, tentando atrair a atenção e o respeito daqueles que o ouvem, desde o início. Evitar cacoetes e tiques, variar o tom de voz e a velocidade. Falar com autoridade e clareza são outros requisitos importantes. Outro ponto que se deve recomendar é o uso do vocabulário técnico, porém adequado, compreensível e cuidadosamente escolhido, visando ao nível e ao número de pessoas presentes. A conferência para grande público tem sempre caráter formal. Faz-se, portanto, adequar o vocabulário, o enfoque do tema e a velocidade da exposição aos interesses da platéia.

A conferência não deve ultrapassar 30 minutos, sendo 5 para a introdução e 5 para a conclusão. Torna-se importante relacionar o número de pontos a destacar com o tempo disponível e com as expectativas do auditório. Do tempo disponível, precisam ser reservados alguns minutos para o uso do quadro-negro e algum tempo para os debates, esclarecimentos e discussões, após a conferência. Tendo em vista que o prazo reservado para os debates, em geral, é curto, as questões, as respostas e os comentários devem ser breves. E as perguntas dos ouvintes precisam ser anotadas, para que sejam dadas respostas corretas. Ao final da exposição, o conferencista precisa fazer um resumo dos pontos principais, para levar as pessoas do auditório às conclusões desejadas.

7. RACIOCÍNIO E ARGUMENTAÇÃO

“Apenas a existência de uma argumentação, que não seja nem coerciva nem arbitrária, confere um sentido à liberdade humana, condição de exercício de uma escolha racional” (Perelman e Tyteca (1996) *apud* Henriques; Medeiros (1999, p.141).

7.1 Raciocínio

Henriques; Medeiros (1999) afirmam que:

Raciocínio, etimologicamente, prende-se ao latim *ratio*, do verbo *reri* cujo sentido primitivo é ‘calcular’ e, daí, ‘pensar, raciocinar’. *Ratio* é termo próprio da retórica e da filosofia.

Em filosofia, raciocínio é, consoante Jolivet (1966) *apud* Henriques; Medeiros (1999, p.141): ‘operação pela qual o espírito, de duas ou mais relações conhecidas, conclui uma outra relação que desta decorre logicamente’.

São os seguintes elementos do raciocínio:

- Abstração: operação mental, intelectual (operação do espírito); o raciocínio opera no plano do espírito.
- Sistematização: envolve idéias e juízos enfeixados num sistema, formando um todo organizado.
- Estruturação silogística: as relações conhecidas constituem as premissas e a parte desconhecida a conclusão.
- Operação dedutiva: parte do antecedente (parte conhecida) para o conseqüente (parte desconhecida). Parte do geral para o particular.

A transição do conhecido para o desconhecido é a lei na ordem natural das coisas; para se entrar em “mares nunca dantes navegados” há de se partir de mares já navegados; há de haver sempre um ponto de apoio de que se sai para novas aventuras e explorações.

Na empreitada da monografia o candidato há de usar o raciocínio. Como o trabalho monográfico é uma demonstração, o fundamento deve ser o silogismo, forma de raciocínio constituído de duas premissas (maior e menor) e da conclusão.

7.2 Argumentação

Inicialmente, a linguagem serviu ao homem como instrumento adequado à nomeação de objetos e seres. Depois, passou a constituir-se em elemento de produção de sentidos que, além de representar, é capaz de criar realidades, dirigindo as relações sociais. Linguagem que é capaz de instaurar uma realidade imaginária, antecipa o que ainda não existe, revivifica o passado. A vida em sociedade exigiu que o homem desenvolvesse as formas verbais de comunicação. Por isso, foi necessário compreender como a linguagem funciona e qual seu alcance. Um dos mais antigos estudos sobre a linguagem é de Aristóteles que a examinou em sua *A arte retórica*. É nessa obra que se encontra a divisão das variadas modalidades discursivas: textos poéticos (narrativos), científicos (argumentativos), enumerativos (descritivos).

Como se estrutura um texto argumentativo? Esse tipo de discurso é muito comum na vida cotidiana: aparece (*sic*) na publicidade, nos artigos jornalísticos, nos comentários políticos e econômicos, literários, sobre música, teatro, artes plásticas. Em todas essas manifestações, há idéias, pontos de vista, debates, discussões. Em síntese, a marca do texto argumentativo é convencer ou persuadir por meio de um conjunto de recursos oferecidos pela língua.

Linguagem e pensamento são um todo. Para pensar, precisamos da linguagem e esta precisa do pensamento. A produção de sentidos é resultado do esforço humano para estabelecer redes de comunicação: para informar, convencer, explicar, transmitir emoções.

A língua possui variantes que são utilizadas segundo as necessidades do emissor. Há ocasiões em que se utiliza uma variante gramatical, porque a situação é formal e exige determinadas formas verbais e rejeita outras. No entanto, em outras ocasiões, pode optar por uma variante distensa, despreocupada com os rigores gramaticais e adequada para situações informais. Veja-se, por exemplo, uma mesma notícia veiculada por diferentes empresas de comunicação. A linguagem de *O Estado de S. Paulo* é diferente da utilizada pela *Folha de S. Paulo* e pelo jornal *Notícias Populares*. Enquanto o primeiro vale-se de uma variante mais tensa e formal, o último utiliza variante próxima do popular. Já a *Folha* fica no meio-termo.

Para convencer, utilizam-se argumentos e provas que validam as idéias que se quer defender. Todo texto argumentativo defende um ponto de vista, que é formado por experiências acumuladas, leituras, informações obtidas, desenvolvimento da capacidade de compreender e elaborar uma mensagem de modo que a outra pessoa entenda o que se deseja transmitir. O ponto de vista serve para manter a unidade do texto.

Os atos de linguagem são circunstanciados por um conjunto de valores e experiências sociais, produto do ambiente cultural, da situação econômica que se vive.

Entre o que se fala e o interesse da classe social a que se pertence há correspondência, mas também pode ocorrer o contrário. É o caso, por exemplo, de movimentos de trabalhadores sem terra serem às vezes incompreendidos e atacados pela própria classe trabalhadora. Assim, defendem-se idéias que não pessoais, mas do grupo de que se participa. Suponha-se: pode-se defender ou condenar um governo, a pena de morte, conforme o discurso dominante seja favorável ou contrário ao governo ou à pena de morte. Assim, certa formação discursiva domina outra. Há constante luta entre as formações discursivas que expressam diferentes interesses sociais. Não se deve esquecer a influência dos meios de comunicação social, e também que as pessoas não estão condenadas à passividade.

7.2.1 Tipos de argumento

O tema do trabalho monográfico deve ser provado e, para isso, o pesquisador deve usar argumentos.

Segundo Henriques; Medeiros (1999)

O termo *argumento* remonta ao verbo latino *arguere* cujo sentido primitivo é ‘tornar branco, dar brilho’; assumiu, depois, o sentido de ‘denunciar, acusar’ e, em sentido mais amplo, ‘declarar, explicar, provar’.

Em Lógica. Argumento é a expressão verbal do raciocínio, cujo objetivo é demonstrar (ou refutar) uma proposição.

O autor de monografia poderá socorrer-se de alguns dos argumentos seguintes:

a) *Por exclusão (per exclusionem)* – Consiste na apresentação de várias hipóteses que vão sendo excluídas – uma por uma – até se chegar a uma só, tida como certa ou verdadeira. Nos vestibulares, propõem-se quatro alternativas e os candidatos procedem por eliminação das alternativas incorretas. Muitas vezes, o diagnóstico médico e o procedimento da polícia têm como ponto de partida a exclusão.

b) *Pelo absurdo (ab absurdo)* – Busca mostrar que uma afirmação contrária de um fato e contra fatos não há argumentos: *contra facta non dantur argumenta*. Pedro apresenta-se dois exemplos na fábula de *O lobo e o cordeiro (Lupus et agnus)*: acusado pelo lobo de lhe turvar a água que bebia, o cordeiro rebate dizendo que o lobo estava à cabeceira do regato e a água corria de cima para baixo. Acusado, a seguir, de ter falado mal dele (o lobo) há seis meses, o cordeiro retruca dizendo que, então, nem havia nascido.

c) *De autoridade (ex auctoritate – ab auctoritate)* – Argumento cujo supedâneo é o valor moral ou intelectual de quem propõe ou espousa determinada doutrina. O redator da monografia jurídica pode usá-lo e, até mesmo, deve usá-lo porque é de praxe, embora tenha peso mais confirmatório.

d) *Contra o homem (ad hominem)* – Trata-se de argumento válido apenas contra a pessoa à qual se dirige. Perelman e Tyteca *apud* Henriques; Medeiros (1999) assinalam que muitos consideram tal argumento como pseudo-argumento e para Schopenhauer *apud* Henriques; Medeiros (1999), mero artifício. Entende-se que tal argumento não é adequado, não se assenta bem em um trabalho monográfico.

e) *Por analogia* – Como o próprio nome diz, tal raciocínio baseia-se na semelhança de duas realidades ou conceitos. Como se fundamenta na comparação, tem força de persuasão e não de prova propriamente dita. Oleron (1996) *apud* Henriques; Medeiros (1999) cita o caso de um ladrão de rãs condenado com base num artigo do Código Penal francês relacionado com o roubo de peixes.

f) *A fortiori (com maior razão)* – Consiste em se estabelecer uma escala de valores entre termos ou conceitos que vincula a cada um deles uma escala de valores já admitida.

A argumentação é o procedimento que se utiliza para tornar a tese aceitável. Argumentos e provas motivam o convencimento, levam à persuasão. O redator de textos argumentativos parte da elaboração de um elenco de hipóteses de trabalho, afirmações sobre um assunto. Suponha-se:

- A televisão brasileira apresenta nível de programação ruim porque é feita por pessoas despreparadas, preocupadas apenas em entretenimento e não com cultura em sentido restrito.
- O nível da programação da televisão brasileira decaiu nos últimos tempos em virtude da ampliação da base social consumidora de aparelhos de televisão.
- A queda da qualidade dos programas de televisão é resultado de uma tendência crescente que é impossível deter.
- Fatores econômicos interferem no nível de programação da televisão brasileira, em particular, e universal, de modo geral.

Suponha-se que o redator optou pela primeira hipótese. Evidentemente, poderá utilizar as demais como argumento que pode reforçar sua tese de que não se trata apenas de popularização dos programas causada pelo nível de consumidores; que a queda de qualidade, embora seja tendência geral, tem como fonte o desinteresse dos donos das concessões em apresentar programas culturais; como buscam o lucro fácil, o entretenimento é o melhor caminho, o mais fácil, o mais econômico; também os fatores econômicos podem servir apenas de desculpa para não melhorar a qualidade dos programas; parece que os problemas são outros, como: falta de preparo intelectual dos que produzem programas de televisão, justamente por terem sido alijados da educação e serem deseducados quanto ao gosto variado. Estabelecida a tese a ser defendida, é preciso reunir *argumentos*, provas que ajudem a demonstrar para o destinatário a validade das idéias, das afirmações apresentadas. Veja-se que, enquanto se demonstra uma tese, algumas hipóteses servem de escada, que vão paulatinamente sendo rejeitadas: a da ampliação da base social, a da tendência geral, a dos fatores econômicos. Evidentemente, a defesa de uma tese exige pesquisa sobre o assunto. Pesquisa se faz em jornais, revistas, livros de referência, livros especializados. Tais procedimentos auxiliam a tornar o texto coerente e capaz de persuadir o destinatário”.

7.2.2 Mecanismos de argumentação

A seguir serão descritas as figuras de linguagem utilizadas não apenas para enfeitar o discurso; elas são estratégias utilizadas para produzir a persuasão.

7.2.2.1 Metáfora

Segundo Henriques; Medeiros (1999), a metáfora consiste em comparar um ser ou objeto com outro, mantendo com ele uma similaridade em algum aspecto. No texto argumentativo, a metáfora cria um efeito forte. Veja-se no exemplo:

‘Josias de Souza, há pouco, sugeria que o verdadeiro FHC estaria preso numa masmorra, enquanto no poder ficaria um clone, manipulado pela direita’ (Folha de S. Paulo, 26 abr. 1998, p.1-3 apud Henriques; Medeiros, 1999, p. 151).

O comportamento político de FHC atrelado aos partido aliados, principalmente ao PFL, é comparado ao de uma pessoa que fica presa em uma masmorra. Na segunda metáfora, FHC aparece comparado a um clone, manipulado pela direita. Assim, haveria dois FHC: um político e outro cientista, sociólogo. Evidentemente, o argumento de Josias é uma ironia para explicitar uma situação complexa, como é a de comportamento e, principalmente, de um governante”.

Outros exemplos: claro como dia, voz vibrante como um cristal, barriga da perna, morreu como um passarinho, essa mulher é uma víbora.

7.2.2.2 Metonímia

Segundo Henriques; Medeiros (1999), é a figura de linguagem que consiste em designar um objeto ou ser por meio de uma palavra utilizada para designar outro ser ou objeto com o qual mantém relação de contigüidade. As principais relações que produzem metonímias são causa e efeito, continente e conteúdo, matéria e objeto, abstrato e concreto, autor e obra.

Ex: Nesse trabalho o ministro do STF aponta deficiências conhecidas do Judiciário Nesse trabalho: ensaio escrito pelo ministro. Como a redação do texto constitui-se em trabalho, ele passa a designar o resultado dele. Há uma relação de causa e efeito.

7.2.2.3 Ironia

Figura de linguagem por meio da qual se diz o contrário do que se quer dar a entender.

Segundo Henriques; Medeiros (1999), textos argumentativos resultam muitas vezes da habilidade do emissor em explorar a ironia, a blague, a paráfrase, a paródia. Por meio desta última, pode-se destruir uma idéia valiosa, ou introduzir uma nova visão dos fatos.

7.2.2.4 Antítese

Segundo Henriques; Medeiros (1999), é a figura de linguagem pela qual se salienta a oposição entre duas idéias, palavras, fatos, objetos.

Ex:

Eu comia uma deliciosa pizza quatro queijos com casca crocante e pensava nessas coisas quando cheguei à conclusão de que um dos maiores prazeres da vida é ter um inimigo. O inimigo nos dá estabilidade emocional, segurança psicológica e um senso de coerência. O que seria de Deus sem o diabo? [...] Do Batman sem o Coringa? ... (José Roberto Torero. Um dos maiores prazeres da vida. **Folha de São Paulo**, 26 set. 1998, p.3-12).

7.3 Gramática e Argumentação

Segundo Henriques; Medeiros (1999), a colocação estratégica dos elementos de uma frase pode resultar em efeito persuasivo. Experimente-se, nas orações subordinadas, a variação da colocação da oração principal. Se colocada no início, o efeito será um, outro será se colocada ao final da frase. Igualmente, exercem função argumentativa as frases interpoladas, intercaladas. Esses efeitos são garantidos dependendo da estratégia do emissor: quer chamar a atenção sobre que ato? Quer esconder que informação? Melhor efeito é colocar uma idéia no início ou o final

do texto? Além disso, dependendo da colocação dos termos na oração, do resultado pode advir um efeito irônico. Ex:

Quando o diretor autorizar a compra do papel-toalha, porque um dia ele vai precisar lavar e enxugar as mãos, será tarde.

Será tarde, quando o diretor autorizar a compra de papel-toalha, porque um dia ele vai precisar lavar e enxugar as mãos.

Porque um dia ele vai precisar lavar e enxugar as mãos, será tarde quando o diretor autorizar a compra de papel-toalha.

O efeito irônico da primeira frase quase desaparece na segunda e dispersa-se totalmente na terceira frase.

Orações concessivas também são utilizadas para manifestar efeito irônico: Ainda que autorizasse comprar papel toalha, pedia que se fizesse economia de água, lavando-se poucas vezes as mãos.

8. SEMINÁRIO

8.1 O que é um seminário?

- Dinâmica de estudo em grupo a partir da proposição e da discussão de um tema;
- O estudo envolve apresentadores e plateia;
- Requer preparo prévio – coleta de material bibliográfico acerca do tema, leitura, redação e metodologia de apresentação oral.

8.2 Qual a finalidade de um seminário?

- Aprofundar um tema; propiciar o debate; socializar o conhecimento; despertar o interesse; - estimular a participação; tornar o estudo aprazível.

8.3 Como organizar um seminário?

- Eleição do coordenador (dirigir trabalhos) e secretário (garantir participação);
- Participação e comprometimento dos membros do grupo;
- Definição do tema e criação de uma estrutura de tópicos;
- Elaboração de um roteiro de trabalho;
- Adequação da abordagem ao tempo e ao público;
- Distribuição das tarefas entre os membros do grupo;
- Estipulação de prazo para o cumprimento das etapas do roteiro de trabalho;
- Disposição dos recursos necessários;
- Reunião de finalização e ensaio;
- Apresentação do seminário.

8.4 Quais as etapas de um seminário?

- Distribuição da programação à plateia (visão geral do seminário - apresentação dos tópicos, dos palestrantes e instituições) e do relatório ou do artigo à banca examinadora;
- Abertura do seminário com a apresentação do grupo e do tema (coordenador)
- Introdução - contextualização do tema e apresentação da estrutura de tópicos (coordenador – 3 a 4 minutos);
- Desenvolvimento – análise de cada tópico e o encadeamento lógico e coerente entre os mesmos (demais membros do grupo – 7 a 10 minutos);
- Conclusão – reflexão, síntese e ênfase nos pontos chave sobre tema (secretário – 5 a 6 minutos),
- Discussão – consolidação dos aspectos fundamentais a cerca do tema (plateia e grupo).

8.5 Qual a forma da apresentação?

- Domínio do tema e do tópico (visão geral e do detalhe);
- Fala fluente e espontânea – sem leitura do texto ou exposição decorada;
- Durante a fala, voz alta com pronúncia clara das palavras;
- Exposição do assunto dentro de uma sequência lógica;
- Priorização dos aspectos essenciais nos 5 minutos iniciais;
- Preparo do encadeamento para o próximo tópico;
- Controle sobre a postura corporal;
- Prevenir situações que desviam a atenção do público;
- Uso correto do tempo pré-estabelecido (média de 15 a 20 minutos).

8.6 Qual é a postura ideal do palestrante?

- Colocar-se em pé;

- Variar o tom de voz;
- Optar por frases curtas;
- Deixar as mãos livres para que os gestos apareçam;
- Olhar para o público não apenas para uma pessoa da plateia;
- Deslocar-se lentamente dentro do espaço da apresentação;
- Ficar de frente para plateia – jamais de costas;
- Inclinar o queixo em 90° para facilitar a fala;
- Usar o vestuário correto;
- Evitar a gíria e as situações cômicas;
- Esboçar semblante que revele confiança e simpatia;

8.7 Como o corpo se expressa – de forma negativa?

- Mãos nos bolsos: preciso me proteger;
- Mãos nos cabelos: tenho a intenção de seduzir ou preciso puxar as ideias;
- Rosto inclinado: estou com baixa estima e pouco preparado;
- Braços cruzados: estou sendo ameaçado;
- Pisar forte: estou inseguro;
- Sobrancelhas franzidas: estou preocupado e com dificuldades;
- Sorriso eterno: estou tentando enganar;
- Tosse fingida: preciso cair fora;
- Mão ajustando o colarinho: tenho dificuldade em lidar com a pressão; - Gestos rápidos e mãos trêmulas: estou nervoso;
- Olhos fixos em uma pessoa: você é o meu predileto;
- Mão fechada atrás das costas: estou com raiva;
- Bater os dedos sobre a mesa: estou sem paciência;
- Bater os pés ritmicamente: estou irritado;
- Morder a boca: vou partir para agressão;
- Dar as costas à plateia: tenho desprezo por todos.

8.8 Como o corpo se expressa – de forma positiva?

- Sorriso autêntico, confiante e oportuno: estou de bem com a vida;
- Calma frente a situações inesperadas: sou tolerante;
- Rosto erguido: estou confiante e acredito na minha capacidade;
- Palmas das mãos expostas: estou sendo sincero e não tenho nada a esconder;
- Pontas dos dedos unidas e mãos espalmadas: estou comprometido com a verdade;
- Olhar distribuído na plateia: tenho respeito e consideração por todos.

8.9 Como desenvolver uma boa oratória?

- Praticando, praticando e praticando.

8.10 Como apresentar um conteúdo?

- Apoiar-se 80% na fala e 20% no material áudio visual;
- Reconhecer os slides de apresentação como recuso e não finalidade;
- Expressar as ideias de forma clara e objetiva;
- Conceituar os termos chaves que compõem a ideia;
- Exemplificar sempre que possível;
- Usar mais a imagem do que o texto;

- Utilizar linguagem clara e simplificada;
- Racionalizar o uso dos elementos visuais – evitar a poluição visual;
- Combinar cor do fundo e dos elementos gráficos, e;
- Dimensionar o tamanho da fonte em função da distância do observador.
- Cuidar da ortografia;
- Editar a fonte no tamanho mínimo de 20;
- Usar no máximo dois tipos de fonte;
- Empregar o vocabulário adequado;
- Distribuir o tamanho da letra conforme a importância do conteúdo;
- Editar texto curto em letras maiúsculas e textos longos, em letras minúsculas;
- Inclinar o texto somente para cima em frases curtas;
- Compor as frases com seis a oito palavras;
- Incluir até 7 linhas por slides;
- Resumir as tabelas com muitos dados numéricos;
- Associar a imagem ao texto;
- Usar um elemento gráfico por slide;
- Cuidar da estética e da funcionalidade dos elementos gráficos;
- Comunicar-se com a linguagem das cores;
- Harmonizar a cor da letra com a cor do fundo;
- Comedir-se nos efeitos especiais;
- Evitar o uso de fotos como pano de fundo;
- Testar a legibilidade dos textos – cobrindo a metade inferior da frase;
- Ensaiar antes de apresentar;
- Calcular no máximo um slide por minuto de apresentação;
- Gravar a apresentação em pen – drive e em CD;
- Tentar abrir o arquivo depois de gravado.

8.11 Qual o significado das cores?

- Amarelo: sugere luz, vida e alegria;
- Vermelho: estimulante, excitante, provoca calor, paixão, ação e violência;
- Azul: frio: calmo, tímido e pacífico;
- Laranja: quente, dinamismo;
- Verde: repouso, tranquilidade, natureza;
- Violeta: melancólico, retraído, frio, nobre;
- Preto: discreto, conciso, objetivo;
- Branco: clareza, pureza, limpeza;
- Cinza: frio, fino, inexpressivo.

8.12 Qual a combinação certa entre a cor da letra e do fundo?

- Preto sobre amarelo ou amarelo sobre preto;
- Preto sobre laranja ou laranja sobre preto;
- Preto sobre branco ou branco sobre preto;
- Verde sobre branco ou branco sobre verde;
- Vermelho sobre verde ou verde sobre vermelho
- Vermelho sobre branco ou branco sobre vermelho;
- Azul sobre branco ou branco sobre azul;
- Azul sobre laranja ou laranja sobre azul.

9. A ÉTICA NA PESQUISA CIENTÍFICA

9.1 Ética

É a necessidade de fundamentar teoricamente os valores vividos de forma prática por uma sociedade. Para alguns autores é a moral teórica.

Estudo dos juízos de apreciações referentes à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto.

Ética é uma palavra de origem grega, com duas etimologias possíveis: a primeira é a palavra *éthos*, com *e* curto, que pode ser traduzida por “costume”; a segunda, que também se escreve *éthos*, porém com *e* longo, significa “propriedade do caráter”.

A primeira é a que serviu de base para a tradução latina *moralis*, enquanto a segunda é a que, de alguma forma, orienta a utilização atual que damos à palavra *ética*.

9.2 Ética na comunidade científica

Conjunto de práticas de ação adotadas pela comunidade científica. A comunidade científica é auto-referente e auto-regulada.

9.3 Princípios

Primazia: quem publica o primeiro artigo sobre o tema, tem o crédito da descoberta (ou da invenção).

Avanço do conhecimento: todo artigo científico deve conter um resultado inédito e relevante para a Ciência.

Reprodutibilidade: todo experimento publicado deve ser replicável por outrem.

9.4 Plágio

O plágio pode ser definido como o ato de assinar ou apresentar uma obra intelectual de qualquer natureza (texto, música, obra pictórica, fotografia, obra audiovisual) contendo partes de uma obra que pertença a outro autor, sem colocar os créditos para esse autor original.

Há três tipos muito comuns de plágio:

Plágio integral – a transcrição, sem citação da fonte de um texto completo;

Plágio parcial – a cópia de algumas frases ou parágrafos de diversas fontes, para dificultar a identificação;

Plágio conceitual – a apropriação de um ou vários conceitos, ou de uma teoria, que o autor de um texto apresenta como se fossem seus.

De acordo com a **Legislação**, há outros conceitos relacionados com plágio:

Heteroplágio – o fato de um autor apropriar-se de obra de outra pessoa.

Autoplágio – o fato de um autor copiar trechos seus e distribuí-los em diferentes artigos como se fossem originais.

10. DOCUMENTAÇÃO COMERCIAL

10.1 Contrato

Contrato é um acordo entre duas ou mais pessoas (físicas ou jurídicas) para estabelecer, modificar ou anular uma relação de direito. O assunto pode ser o mais variado possível: compra, venda, prestação de serviço, etc. Um contrato de maior seriedade e com implicações jurídicas deve ser feito por um advogado.

Modelo de Contrato Simples

Por este instrumento particular, Nome e Sobrenome do contratante, nacionalidade, estado civil, profissão, identidade ou CPF, residente e domiciliado na Rua Y, nº, cidade, e Nome e Sobrenome do contratado, nacionalidade, estado civil, profissão, identidade ou CPF, residente e domiciliado na Rua Y, nº, cidade, contratam a pintura da residência do primeiro (contratante), conforme orçamento e condições apresentadas.

O preço total combinado (incluído o material) é de R\$10.000,00 (dez mil reais), pagos proporcionalmente à execução do serviço.

O prazo máximo previsto para a entrega da referida pintura é de dia, mês e ano.

Cidade, dia , mês e ano.

Nome e Sobrenome do contratante

Nome e Sobrenome do contratado

Testemunhas:

Nome e Assinatura:_____

Nome e Assinatura:_____

10.2 Carta Comercial

Carta comercial é a correspondência tradicionalmente utilizada pela indústria e comércio.

Sugestões para inícios e fechos de cartas comerciais

Inícios:

1. Acusamos o recebimento de sua carta...
2. Cumpre científicá-los de que...
3. Com a presente, vimos trazer ao conhecimento de V. S^a que...
4. Com referência ao assunto, lamentamos comunicar...
5. Tendo chegado ao nosso conhecimento que V. S^a pretendem...
6. O fim da presente é solicitar-lhe...
7. Pedimos a fineza de enviar-nos...
8. Temos a satisfação de apresentar a V. S^a o portador desta...

Fechos:

1. Agradecendo a atenção que, por certo, V. S^a dispensarão ao assunto, firmamo-nos Atentamente
2. Aguardando suas providências a respeito, subscrevemo-nos

Atenciosamente

3. À inteira disposição de V. S^a, subscrevemo-nos

Atenciosamente

4. Sendo o que se nos apresenta no momento, enviamos protestos de alta estima e consideração.
5. Com a consideração de sempre, firmamo-nos

Atenciosamente

6. Esperando continuar a merecer sua honrosa preferência, subscrevemo-nos

Atentamente

7. No aguardo de um pronunciamento a respeito, firmamo-nos

Atentamente

8. Sem outro objetivo para o momento, firmamo-nos

Atenciosamente

Modelo de Carta Comercial

TIMBRE DA EMPRESA

Cidade, dia, mês e ano.

Sr. (Sra) Nome e Sobrenome

Endereço

NESTA

Prezado Senhor:

Temos a satisfação de comunicar-lhe que, tendo em vista o seu excelente teste, resolvemos admiti-lo em nossa empresa, sob as condições que seguem:

ENCARGOS – ficarão a seu cargo os serviços de supervisor e coordenador-geral da Seção
X...

HORÁRIO – das 8 às 17 horas, com tempo para as refeições. Caso se faça necessário,
contamos com a sua colaboração para um eventual prolongamento de horário, que
lhe será pago como horas-extras, conforme as leis trabalhistas vigentes.

ORDENADO – salário inicial R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Aguardando o seu pronunciamento, subscrevemo-nos

Atenciosamente

Nome e Sobrenome
RESPONSÁVEL DA SEÇÃO DE PESSOAL

10.3 Declaração

Declaração é um documento que se assemelha ao atestado, mas que não deve ser expedido por órgãos públicos.

Modelo de Declaração

DECLARAMOS que o Sr, Nome e Sobrenome pertence ao quadro de empregados de nossa empresa desde dia mês ano, percebendo mensalmente dois salários mínimos.

Local, dia mês ano.

Nome e Sobrenome
Diretor-Presidente da Cia X

10.4 Procuração

Procuração é o instrumento por meio do qual a pessoa física ou jurídica outorga poderes a outra. A procuração pública é lavrada em cartório; a particular é geralmente conservada sem registro.

Estrutura:

- a) Título: Procuração.
- b) Qualificação: nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e residência do outorgante (constituente ou mandante) e também do outorgado (procurador ou mandatário).
- c) Finalidade e Poderes: parte em que o outorgante declara a finalidade da procuração, bem como autoriza o outorgado a praticar os atos para os quais é nomeado.
- d) Data e assinatura do outorgante.
- e) Assinatura das testemunhas, se houver. Essas assinaturas costumam ficar abaixo da assinatura do outorgante, à esquerda.
- f) As firmas devem ser todas reconhecidas em cartório.

Modelo de Procuração

PROCURAÇÃO

Outorgante: Nome e Sobrenome, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado em Município, Estado, País.

Outorgado: Nome e Sobrenome, nacionalidade, estado civil, profissão, residente e domiciliado em Município, Estado, País.

O outorgante acima nominado nomeia e constitui o seu bastante procurador, na cidade X, neste Estado, e onde mais necessário se tornar, o Sr. Nome e Sobrenome do outorgado, acima qualificado, para o fim especial de receber as mercadorias industrializadas da Empresa X, de propriedade do outorgante, e encaminhá-las à exportação, podendo o outorgado passar recibo, dar quitação e praticar todos os atos que se tornarem necessários ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Local, dia mês e ano.

Nome e Sobrenome do Outorgante

10.5 Recibo

Significa o documento em que se confessa ou se declara o recebimento de algo.

Normalmente, é um escrito particular. Alguns tipos de recibo: recibo de pagamento (indica a quitação do pagamento de uma dívida, em sua totalidade ou parcialmente); recibo por conta (sempre parcial); recibo por saldo (indica uma quitação referente a todas as transações até sua data).

Modelo de Recibo

RECIBO

R\$ 30.000,00

Recebi do Sr. Nome e Sobrenome a importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) como sinal de compra e princípio de pagamento da venda que lhe faço de um terreno, situado na Rua, nº, Bairro, Cidade, Estado.

O preço de venda é de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), dos quais 30.000,00 (trinta mil reais) ora pagos e recebidos; o restante R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será pago pelo Sr. Nome e Sobrenome do comprador da seguinte forma: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) dentro de 30 dias, ou seja, dia mês e ano; e R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) dentro de 60 dias; ou seja, dia mês e ano, quando será lavrada a escritura.

Cidade, dia mês e ano.

Nome e Sobrenome do vendedor

Testemunhas:

Nome e Assinatura: _____

Nome e Assinatura: _____

10.6 Ata

É o documento de valor jurídico, que consiste no resumo fiel dos fatos, ocorrências e decisões de sessões, reuniões ou assembleias, realizadas por comissões, conselhos, congregações, ou outras entidades semelhantes, de acordo com uma pauta, ou ordem-do-dia, previamente divulgada.

É geralmente lavrada em livro próprio, autenticada, com as páginas rubricadas com a mesma autoridade que redige os termos de abertura e de encerramento.

O texto apresenta-se seguidamente, sem parágrafos, ocupando cada linha inteira, sem espaços em branco ou rasuras, para evitar fraudes. A fim de ressaltar os erros, durante a redação, usa-se a palavra digo se for constatado erro ou omissão; depois de escrito o texto usa-se o termo em tempo.

Quem redige a ata é o secretário (efetivo do órgão, ou designado *ad hoc* para a reunião).

A ata vai assinada por todos os presentes, ou somente pelo presidente e o secretário, quando houver registro específico de frequência.

Com o advento do computador, as atas tem sido elaboradas e digitadas para posterior encadernação em livros de ata.

No caso de se indicar, posteriormente algum erro ou imprecisão em uma ata, faz-se a ressalva, apresentando nova redação para o trecho. Será submetida novamente à aprovação do plenário.

Exemplo de Ata

Ata da XX ° reunião do Conselho YY.

Aos dezanove dias do mês de maio de dois mil e dezessete, as XX horas, no local (endereço), realizou-se a XX ° reunião do Conselho YY, presentes os Senhores A, B, C. No expediente: ata de sessão anterior – aprovada; colocar os assuntos e o nome de quem discutiu. Nada mais havendo a tratar, o Presidente X deu por encerrados os trabalhos, antes convocando para a próxima sessão, a ser realizada dia, mês e ano, e horário. Eu, Fulano (a) de Tal, Secretário (a) lavrei a presente ata.

11. ORTOGRAFIA

11.1 Ortografia

A fim ou afim?

Escrevemos afim, quando queremos dizer semelhante. (O gosto dela era afim ao da turma.)

Escrevemos a fim (de), quando queremos indicar finalidade. (Veio a fim de conhecer os parentes. / Pensemos bastante, a fim de que respondamos certo. / Ela não está a fim do rapaz.)

A par ou ao par?

A expressão ao par significa sem ágio no câmbio. Portanto, se quisermos utilizar esse tipo de expressão, significando ciente, deveremos escrever a par.

Fiquei a par dos fatos. / A moça não está a par do assunto.

A cerca de, acerca de ou há cerca de?

A cerca de significa a uma distância. (Teresópolis fica a cerca de uma hora de carro do Rio.)

Acerca de - significa sobre. (Conversamos acerca de política.)

Há cerca de - significa que faz ou existe(m) aproximadamente. (Mudei-me para este apartamento há cerca de oito anos. / Há cerca de doze mil candidatos, concorrendo às vagas.)

Ao encontro de ou de encontro a?

Ao encontro de - quer dizer favorável a, para junto de. (Vamos ao encontro dos nossos amigos. / Isso vem ao encontro dos anseios da turma.)

De encontro a - quer dizer contra. (Um automóvel foi de encontro a outro. / Este ato desagradou aos funcionários, porque veio de encontro às suas aspirações.)

Há ou a?

Quando nos referimos a um determinado espaço de tempo, podemos escrever há ou a, nas seguintes situações:

Há - quando o espaço de tempo já tiver decorrido. (Ela saiu há dez minutos.)

A - quando o espaço de tempo ainda não transcorreu. (Ela voltará daqui a dez minutos.)

Haver ou ter?

Embora usado largamente na fala diária, a gramática não aceita a substituição do verbo haver pelo ter. Deve-se dizer, portanto, não havia mais leite na padaria.

Se não ou senão?

Emprega-se o primeiro, quando o se pode ser substituído por caso ou na hipótese de que.

Se não chover, viajarei amanhã (= caso não chova - ou na hipótese de que não chova, viajarei amanhã).

Se não se tratar dessa alternativa, a expressão sempre se escreverá com uma só palavra: senão.

Vá de uma vez, senão você vai se atrasar. (senão = caso contrário). / Nada mais havia a fazer senão conformar-se com a situação (senão = a não ser). / "As pedras achadas pelo bandeirante não eram esmeraldas, senão turmalinas, puras turmalinas" (senão = mas). / Não havia um senão naquele rapaz. (senão = defeito).

Haja vista ou haja visto?

Apenas a primeira opção é correta, porque a palavra "vista", nessa expressão, é invariável.

Haja vista o trágico acontecimento... (hajam vista os acontecimentos...)

Em vez de ou ao invés de?

A expressão em vez de significa em lugar de. (Hoje, Pedro foi em vez de Paulo. / Em vez de você, vou eu para Petrópolis.)

A expressão ao invés de significa ao contrário de. (Ao invés de proteger, resolveu não assumir. / Ao invés de melhorar, sua atitude piorou a situação.)

11.2 Vícios e Dificuldades de Redação

Segundo PUC- SP (2014), em ordem alfabética, relacionam-se estrangeirismos, erros e dificuldades mais frequentes na escrita acadêmica:

À medida que:

Não se escreve “à medida em que” e não se confunde com “**na medida em que**” (ver).

A nível de:

O seu uso só se justifica quando se pretende indicar movimento (exemplo: “a inflação elevou-se a níveis intoleráveis”). Para referir-se a um âmbito, uma esfera, deve-se usar “em (no, nos) nível(is) de” (exemplo: “a legislação no nível federal”). Mas é preferível suprimir a expressão, pois ela geralmente não tem nenhum significado (no exemplo, bastaria dizer “a legislação federal”).

Colocar/colocação:

“Colocar” significa “pôr”, “introduzir” e não “afirmar”, “propor”. Por isso, não faz sentido frase como “as colocações de Fernando de Azevedo”.

Como um todo:

As palavras sempre designam os objetos na sua inteireza. Quando se diz, por exemplo, “sociedade”, o termo certamente não está indicando uma parte, uma fração, da sociedade. Por isso, não faz sentido expressões corriqueiras do tipo “a sociedade como um todo”, “a ciência como um todo” etc. Quando se quer enfatizar o aspecto total do objeto, deve-se empregar as expressões “todo o...” e “toda a...” (por exemplo, “toda a sociedade”).

Datação:

Expressões como “recentemente”, “hoje”, “ano passado” etc. devem ser substituídas por datas precisas.

Demonstrar/Mostrar:

Tornou-se frequente o uso do verbo “demonstrar” para indicar tão somente “mostrar”. “Demonstrar” indica comprovação (por exemplo, demonstrar o teorema de Pitágoras), enquanto “mostrar” equivale a “exibir”.

Em termos de:

Outra expressão quase sempre carente de sentido e, portanto, dispensável. Por exemplo, em vez de “a educação em termos do Brasil” basta dizer “a educação no Brasil”.

Enquanto:

Em português, “enquanto” indica duração, uma situação temporária, e, portanto, não pode designar uma condição. “Florestan Fernandes, enquanto sociólogo e socialista, foi coerente com seus princípios” significa, a rigor, que o velho mestre mantinha coerência somente quando “estava” sociólogo e socialista. Para indicar uma condição perene, quase essencial, utiliza-se “como”: “Florestan Fernandes, como sociólogo e socialista, foi coerente...”. Quando emprego do termo “como” ocasionar ambiguidades, deve-se empregar a expressão “na condição de”, “na qualidade de” e similares.

Haver/ter:

Quando significa “existir”, o verbo haver é conjugado sempre na terceira pessoa do singular. Não se diz, portanto, “houveram propostas”. Na dúvida, basta converter o verbo para o presente do indicativo, pois, nunca se comete o mesmo erro nesse tempo verbal: ninguém diz “hãõ propostas”. No português oral, tornou-se muito comum utilizar o verbo “ter” no lugar de “haver” (significando “existir”), o que é inadmissível na língua culta escrita. Nem pensar, portanto, em usar esse verbo no plural, pretendendo designar a existência de várias coisas.

Implicar:

O verbo “implicar” no sentido mais usual nos escritos acadêmicos, isto é, significando decorrência ou consequência, é transitivo direto. Diz-se, portanto, “os resultados da pesquisa implicaram a redefinição dos pressupostos” e não “... implicaram *na* redefinição...”. “Implicar” é transitivo indireto apenas quando significa “estar envolvido” (por exemplo, “ele está implicado num processo”).

Infinitivo:

O uso do infinitivo flexionado (isto é, conjugado) é um tópico extremamente controvertido e complexo, comportando várias exceções. Uma regra simples determina que não há flexão do infinitivo em construções indiretas, com preposição (por exemplo, “disciplinas *a* ser ensinadas”; “exercícios *para* poder avaliar”; mas “é hora de os alunos começarem os estudos”).

Na medida em que:

Significa “uma vez que”, “posto que”, “já que”. Não confundir com “à medida que” (e não “à medida *em* que”), que significa “ao mesmo tempo em que”, “à proporção que”.

Onde:

A palavra indica tão somente lugar, localização, e isso num sentido literal, não-metafórico. Assim, diz-se “foi em Diamantina, onde nasceu JK”; mas não “a teoria da relatividade, onde se prova que energia é matéria”. Não se deve admitir jamais o barbarismo que emprega “onde” como quase sinônimo da conjunção “e”.

Qualquer:

Não se deve usar no sentido negativo, do tipo “não disse *qualquer* palavra”, pois isso pode sugerir que alguma palavra precisa (e não qualquer) foi dita. Deve-se, portanto, dizer: “ele não disse *nenhuma* palavra”.

Se:

Outro tópico extremamente complexo, mesmo porque “se” assume funções diversas. Especial atenção deve ser tomada para que não se faça confusão entre a função apassivadora e a de indeterminação do sujeito, pois no primeiro caso o verbo concorda com o sujeito paciente, e, no segundo caso, ele sempre permanece na terceira pessoa do singular. No exemplo clássico “vendem-se casas” (= “casas são vendidas”), o verbo concorda com casas, que é sujeito paciente; em “precisa-se de empregados”, o verbo está na terceira pessoa do singular, pois aí “se” indica sujeito indeterminado. A partícula “se” é também empregada para ênfase, mas convém não abusar da palavra nessa função, pois, carente de significado, é perfeitamente dispensável. Não se deve, portanto, dizer “é hora de se fazer exercícios”, mas simplesmente “é hora de fazer exercícios”; nem “essa é a forma de se consolidar a conquista”, mas “essa é a forma de consolidar a conquista”. Também não se emprega “se” em expressões formadas com “difícil de”, “fácil de”, “passível de” etc.: “fácil de entender” (e não “fácil de se entender”), “passível de errar” (e não “passível de se errar”).

Trazer: Este verbo tem sido usado como sinônimo de “afirmar”, “dizer”, “formular” etc. Exemplo: “O autor traz a ideia de que...”.

A partir de:

Os puristas argumentam que essa expressão indica tão somente temporalidade. Para indicar uma precedência lógica, pressupostos, paradigmas etc., recomenda-se usar as fórmulas como “com base em”, “tomando-se por base” etc.

Através de:

Segundo os revisores, “através” só pode ser empregado em frases que indicam o “atravessamento” de algo num meio (por exemplo, “a luz veio através da janela”). Quando não se tratar disso, eles recomendam usar “por meio de”, “mediante”, “por” etc. (“expor por meio de exemplos” e não “através de exemplos”).

Devido a:

Os revisores sistematicamente substituem essa expressão por “em virtude de”, “em razão de” etc.

Este(s), esta(s), isto/Esse(s), essa(s), isso:

A rigor, “este(s)”, “esta(s)” e “isto” designam aquele elemento que na frase esteja imediatamente antes. Como tais designações, geralmente, têm como referente o que se disse palavras atrás, o correto nesses casos é empregar “esse(s)”, “essa(s)” e “isso”. Mas “este(s)” e “esta(s)” são também empregados para designar aquilo que, fora do texto, refere-se ao próprio texto ou ao local e ao momento em que ele se encontra: “Este texto (que o leitor tem em mãos), foi escrito neste país, neste século”.

REFERÊNCIAS

BASTOS, C.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**: introdução à metodologia científica. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CARNEIRO, M. F. **Pesquisa jurídica**: metodologia da aprendizagem. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.. **Metodologia científica**. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

HENRIQUES, A.; MEDEIROS, J. B. **Monografia no curso de direito**. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

MARCONI, M. D. **Metodologia científica**: para o curso de direito. São Paulo: Atlas, 2000.

MÁTTAR NETO, João Augusto. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo, Saraiva, 2002.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MOLINA, O. **Ler para aprender**: desenvolvimento de habilidades de estudo. São Paulo: EPU, 1992.

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Normas do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação**: História, Política, Sociedade, da PUC-SP, para elaboração de textos. 3.ed. São Paulo: PUC-SP, 2014.

SALVADOR, A. D. Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica. 11.ed. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SANTOS, L. C. **Manual para elaboração de trabalhos científicos**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2017.

SANTOS, L. C. **Apostila Metodologia**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2017.